



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ROSANA OLIVEIRA DE MEDEIROS

FATORES QUE MOTIVAM/ DESMOTIVAM O PROFISSIONAL
DOCENTE: ESTUDO REALIZADO EM ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/ PB

CUITÉ/ PB

2013

ROSANA OLIVEIRA DE MEDEIROS

**FATORES QUE MOTIVAM/ DESMOTIVAM O PROFISSIONAL
DOCENTE: ESTUDO REALIZADO EM ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/ PB**

*Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Ciências Biológicas da Universidade
Federal de Campina Grande (UFCG), Campus
Cuité, como exigência para obtenção do título de
Licenciado.*

*Orientadora: Prof.^a Dra. Flávia Carolina Lins da
Silva*

Coorientador: Prof. MSc. Lauro Pires Xavier Neto

**CUITÉ/ PB
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

M488f Medeiros, Rosana Oliveira de.

Fatores que motivam/desmotivam o profissional docente: estudo realizado em escola pública do município de Barra de Santa Rosa / PB . / Rosana Oliveira de Medeiros – Cuité: CES, 2013.

60 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2013.

Orientadora: Dra. Flávia Carolina Lins da Silva.

Co-orientador: Msc. Lauro Pires Xavier Neto.

1. Docente. 2. Docente - motivação. 3. Docente - desmotivação. I. Título.

CDU 371.12

ROSANA OLIVEIRA DE MEDEIROS

**FATORES QUE MOTIVAM/ DESMOTIVAM O PROFISSIONAL
DOCENTE: ESTUDO REALIZADO EM ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/ PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pela aluna Rosana Oliveira de Medeiros, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFCG/ Campus Cuité, para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovado em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Flávia Carolina Lins da Silva (Orientadora)

Prof.^a Dra. Carina Scanoni Maia (1^a Examinadora)

Prof.^a Dra. Marisa de Oliveira Apolinário (2^a Examinadora)

CUITÉ/ PB

2013

À Deus, pois o amor d'Ele por mim é perfeito. "Só Ele me aceitou com os meus defeitos, nunca vi no mundo amor tão grande assim, nos momentos mais difíceis que eu vivia, e pensava estar sozinha em solidão, sua força emanava das alturas me estendendo a sua mão".

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por com seu imenso amor e misericórdia, conceder-me saúde e sabedoria necessária para chegar a esta etapa de minha vida e por sempre guiar as minhas escolhas de acordo com seus desígnios.

À minha mãe Rosa, por com seu jeito determinado de ser, ter me ensinado boa parte do que sou hoje. A ela agradeço pela vida e pelos ensinamentos.

Ao meu pai José, por apesar das dificuldades, ter me proporcionado uma educação digna, baseada na justiça.

Às minhas irmãs Joelma e Joilma, por fazerem parte da minha vida, e com carinho, sempre me desejarem o melhor.

À minha irmã Ana Joélica, por seu carinho e companheirismo ao longo da minha vida.

Aos meus irmãos Joel Carlos, Jonas e José Laécio, por desejarem meu sucesso e me apoiarem ao longo de minha vida.

Aos meus sobrinhos lindos: Igor Samuel, Diego, Heitor Felipe, Isaque e Júlia Larissa, por com seus olhares de crianças, ensinarem-me que a vida é mais bonita quando amamos de forma verdadeira, pura e desinteressada.

Ao professor, Lauro Pires Xavier Neto, um homem íntegro, profissional e sábio, que tive o prazer de conhecer nesta jornada. Lauro foi uma das poucas pessoas que já conheci que sente prazer em ajudar os outros, em repassar seus conhecimentos, sempre com sorriso estampado no rosto. Por tudo isso eu só tenho a agradecê-lo pela paciência, dedicação e pelo carinho ao longo deste trabalho, pois foi uma contribuição indispensável e enriquecedora.

À professora Flávia Carolina, por aceitar-me como orientanda, revelando assim, além do seu lado ético e profissional, também seu lado humano e compreensível de ser. Por isso, só tenho a agradecer-lá pelo carinho e atenção.

Às professoras Carina Scanoni Maia e Marisa de Oliveira Apolinário, por contribuírem com a efetivação deste trabalho, aceitando participar da minha banca.

Aos meus professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de turma, pela prazerosa convivência ao longo do curso.

A Maria Sandra Acirole, por com sua amizade, dividir comigo os melhores e piores momentos durante o curso, incluindo a dedicação nos estudos, como também o apoio e incentivo para não desistirmos diante dos obstáculos que surgiram. Sendo assim, lembro-me do que disse o compositor Milton Nascimento: “Amigo é coisa pra se guardar debaixo de setes chaves, dentro do coração”.

Às minhas amigas, Maria das Graças Barbosa por durante a elaboração deste trabalho me presentear com seu jeito sincero e um apoio que para mim foi indispensável, não apenas em relação ao trabalho, como também nos encontros para jogar conversa fora (risos). E Edja Daise Oliveira, por com seu jeito perfeccionista, decidido e humano de ser, me ensinar que sempre podemos ser melhores no que fazemos tanto no que diz respeito ao profissional, quanto ao pessoal.

A Maria de Lourdes Vasconcelos, por com seu grande coração e humildade, sempre me receber em sua casa de braços abertos, mostrando-me assim, que amigos são também uma família que encontramos ao longo da vida.

Ao meu namorado Sâmekê Vasconcelos, por seu carinho, dedicação, paciência e amor.

Aos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Luiz Neto, que com boa vontade, participaram da minha pesquisa.

Aos que direta ou indiretamente contribuíram para mais essa conquista em minha vida.

Obrigada a todos!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

MEDEIROS, Rosana Oliveira. **Fatores que motivam/desmotivam o profissional docente: estudo realizado em uma escola pública do município de Barra de Santa Rosa- PB.** Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de Campina Grande. UFCG, Cuité/PB.

RESUMO

Os profissionais docentes, principalmente os da educação básica no Brasil, ao longo dos anos vem enfrentando altos níveis de desvalorização. Estes profissionais não estão tendo o reconhecimento de sua profissão, nem por parte das políticas públicas educacionais, nem pela própria sociedade, que tem desmerecido o valor social que a profissão apresenta. Sendo assim, esta situação tem gerado nesses profissionais a desmotivação. Porém, em contrapartida aos professores desmotivados, que já não acreditam na possibilidade de valorização profissional, ainda há aqueles que não desistiram de lutar por uma educação de qualidade, e acreditam que um dia essa profissão terá o reconhecimento merecido. Tendo em vista o acima exposto, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de analisar os fatores predominantes na desmotivação do professor e quais os que ainda motivam esses profissionais a continuar na profissão. Esta pesquisa teve início diante da constatação das reclamações de uma maioria de professores de uma escola pública. Tal constatação, por sua vez, teve início no período de observação realizado na disciplina de Estágio Supervisionado I, ofertada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cuité. A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual de Barra de Santa Rosa, município do Estado da Paraíba. A coleta de dados foi feita a partir de notas de campo e de questionários aplicados com 14 dos 24 professores da escola nos meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. Estes questionários continham 10 perguntas envolvendo a motivação, desmotivação, e a relação do professor com processo ensino aprendizagem e foram analisados de forma qualitativa. As análises revelaram que a maioria dos professores sente-se desmotivada principalmente pelos baixos salários, a jornada dupla de trabalho e pela indisciplina dos alunos. De acordo com os docentes, os fatores que ainda os motivam, estão relacionados com a satisfação que sentem em realizar a atividade, em poderem contribuir para a aprendizagem dos alunos. Os dados reforçam a necessidade de serem criadas e cumpridas, leis que garantam a valorização docente, pois a educação já é vista pela sociedade como um dos fatores primordiais para o desenvolvimento do país, e o professor é o elemento-chave para que as mudanças possam ser realizadas. Portanto, é dever do Estado e da sociedade, valorizar o profissional docente, fornecendo-lhe condições adequadas de trabalho e reconhecendo o valor social dessa profissão.

Palavras- chave: Docentes, Desvalorização, Desmotivação, Motivação

MEDEIROS, Rosana Oliveira. **Factors that motivate/ demotivate the teaching profession: study in of public school in the city of Barra Santa Rosa -PB.** Monograph of completion. Federal University of Campina Grande. UFCG, Cuité/ PB.

ABSTRACT

The professional teachers, especially basic education in Brazil, over the years they see facing high levels of devaluation. These professionals are not having the recognition of their profession, nor by the public educational policies, nor by society itself that has the undeserved social value that the profession offers. Thus, this situation has generated these professionals demotivation. However, in contrast to the unmotivated teachers, who no longer believe in the possibility of professional development, there are still those who have not given up the fight for a quality education, and believe that one day this profession have the recognition they deserve. In view of the above, a search was conducted with the objective of analyzing the factors among which the main motivation of the teacher in the prevailing and which still motivate these professionals to continue in the profession. This research began before the discovery of complaints of a majority of teachers at a public school. This finding, in turn, began in the period of observation conducted in the discipline of supervised internship I was offered the Bachelor of Biological Sciences, Federal University of Campina Grande - Campus Cuité. The research was conducted in a State School of Barra de Santa Rosa, a city in the state of Paraíba. The data collection was made from field notes and questionnaires with 14 of the 24 teachers at the school during the months of December 2012 and February 2013. These questionnaires contained 10 questions involving motivation, motivation, and the relationship of the teacher with the teaching and learning were analyzed qualitatively. The analysis revealed that most teachers feel disheartened mainly by low wages, working double shifts and the indiscipline of pupils. According to the teachers, yet the factors that motivate them are related with the satisfaction they feel in performing the activity, in order to contribute to student learning. The data reinforce the need to be created and enforced, laws that ensure teacher appreciation, because education is now viewed by society as a primary factor for the development of the country, and the teacher is the key element that changes can be performed. Therefore, it is the duty of the State and society, value the teaching profession, providing him adequate working conditions and recognizing the social value of this profession.

Keywords: Teachers, Devaluation, Demotivation, Motivation

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Evolução do Piso Salarial do professor de educação básica entre os anos de 2009/2013.....26
- Tabela 2:** Piso Salarial de diferentes profissões com a mesma titulação que o professor no ano de 2012.....34
- Tabela 3:** Distribuição das respostas dos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto, município de Barra de Santa Rosa – PB sobre os principais fatores que os desmotivam na profissão. Entrevistas realizadas no mês fevereiro 2013.....41
- Tabela 4:** Distribuição das respostas dos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto, município de Barra de Santa Rosa – PB sobre os fatores internos às escolas que eles gostariam que fossem resolvidos de maneira emergencial. Entrevistas realizadas no mês de fevereiro de 2013.....48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional Para a Formação de professores

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituto de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores

PCCR - Plano de Cargos Carreira e Remuneração

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PROLETARIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NO TRABALHO DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO.....	15
3. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	18
3.1. FORMAÇÃO INICIAL.....	20
3.2. FORMAÇÃO CONTINUADA.....	21
4. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR.....	24
5. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES.....	30
5.1. JORNADAS E SALÁRIOS.....	33
5.2. TAMANHO DA CLASSE E INDISCIPLINA DOS ALUNOS.....	35
6. METODOLOGIA.....	37
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52
APENDICE A – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57
APÊNDICE B - MODELO DO FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que é cada vez mais evidente a problemática enfrentada pelos profissionais docentes da educação básica pública no Brasil, tornou-se comum o uso do termo “desmotivação dos professores”. Atualmente alguns estudos estão voltados para investigações em torno desta problemática, pois é notável que o profissional docente, em sua maioria, não tem se sentido motivado no desempenho de suas atividades.

De acordo com Mendes e Almeida (2008), essa desmotivação pode ser devido a diversos fatores, como por exemplo, a baixos salários, às exigências do sistema educacional em relação ao desempenho docente em meio aos avanços tecnológicos, às excessivas cargas horárias de trabalho, excesso de alunos por turma, o que geralmente é um fator predominante para a indisciplina dos alunos, dentre outros.

Sendo assim, é notório que a desmotivação docente traz consequências negativas para o processo de ensino aprendizagem, pois quando o indivíduo sente-se motivado pelo que faz, há uma maior probabilidade de realizar a sua função com eficácia, do que quando se sente desmotivado. A motivação de acordo com fatores internos e externos foi dividida em dois tipos: a extrínseca e a intrínseca. Diante disso, Santos; Stobaus; Mosqueira (2007, p.299) salienta que:

Durante muitos anos, quando se falava em motivação, partia-se da ideia que a mesma surgia de elementos externos ao sujeito (motivação extrínseca). Com o passar do tempo e com os avanços dos estudos da Psicologia da Motivação, esta ideia foi superada e, atualmente, considera-se que a ação do ser humano está dirigida por motivos internos (motivação intrínseca), com a contribuição dos motivos externos.

Quando o indivíduo está motivado intrinsecamente, sente-se motivado pela própria atividade. Porém, quando é motivado extrinsecamente, sente-se motivado pelas recompensas que a atividade pode trazer: prêmios, dinheiro, fama etc. Nesse sentido Monteiro (2012) salienta que a motivação intrínseca se refere à percepção de que se realiza determinada atividade porque é satisfatória, agradável, visto que se percebe útil efetivá-la sem pretensão de recompensa, já a extrínseca, se utiliza a atividade como ferramenta, ou seja, como uma forma de obter um resultado.

Ao analisar a profissão docente no contexto motivacional, percebe-se que os professores da educação básica pública do Brasil, por não se sentirem motivados extrinsecamente, acabam desestimulados e a maioria perde o interesse em realizar as suas

atividades, e diante de tantos fatores que desmotivam o profissional docente, este tem enfrentado altos níveis de desvalorização.

A desvalorização profissional é, de fato, uma situação que desqualifica a força de trabalho, reforça os processos de proletarização do magistério e efetiva a concepção de que ser professor é uma atividade de menor valor social. O problema da má remuneração é um grande gerador de desgaste emocional na docência, porque os professores estão certos de que a função docente é negligenciada pelo Estado, especialmente quando se leva em consideração que há uma discrepância entre a importância do trabalho que realizam e o reconhecimento salarial merecido (PAULA e NAVES, 2010).

Logicamente que a falta de estímulo do profissional docente não é caracterizado apenas pelos baixos salários, mas há vários outros fatores que causam a desmotivação desse profissional como, por exemplo, as exaustas cargas horárias, o que conseqüentemente faz-se necessário que o professor use sua voz por muitas horas seguidas; grandes quantidades de turmas, o que acarreta ao professor muitas das vezes levar trabalho para casa, tirando assim seu tempo de lazer; turmas com grande quantidade de alunos, e para isso o professor tem que elevar sua voz para ser ouvido pela turma (RODRIGUES e ALVES, 2008).

No entanto, em contrapartida aos professores desmotivados, que já não acreditam na possibilidade da valorização profissional docente, ainda há aqueles que não desistiram de lutar por uma educação de qualidade, e acreditam que um dia essa profissão terá o reconhecimento merecido. Assim sendo, nota-se que alguns professores apesar dos fatores desmotivadores já citados, ainda se sentem motivados pelo exercício da docência (motivação intrínseca). Porém, isso não significa dizer que o profissional que é motivado pela própria atividade, não necessite de estímulos externos.

Diante disso, Rabelo (2010, p.172) afirma:

Vários autores referem que a maioria dos professores escolhe esta profissão porque esperam obter satisfação a partir dos fatores intrínsecos do trabalho; assim, a maior parte das medidas que são identificadas como podendo contribuir para a motivação dos professores são intrínsecas à atividade docente. Mas a ênfase nos incentivos intrínsecos não significa que os extrínsecos não contribuam para o empenhamento dos professores, não se pode analisar estes incentivos de forma descontextualizada ou despersonalizada.

Diante desse contexto motivacional que envolve os profissionais docentes da educação Básica Pública do Brasil, em especial a realidade da maioria dos professores de uma escola pública do município de Barra de Santa Rosa-PB, este trabalho objetivou analisar os fatores que dificultam o trabalho do profissional docente e os fatores que predominam como

desmotivadores; assim como conhecer os principais motivos pelos quais os profissionais docentes, ainda que desmotivados permanecem exercendo seu ofício; verificando dessa forma, as possíveis consequências de um professor desmotivado para o processo de ensino e aprendizagem; assim também como investigar as opiniões dos professores sobre possíveis soluções em relação desvalorização profissional docente.

Os resultados dessa pesquisa podem fornecer subsídios para uma melhor compreensão dos fatores que desestimulam os profissionais docentes, em especial os da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto de Barra de Santa Rosa-PB, assim como descobrir a visão que os mesmos têm em relação à desmotivação docente e o processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, esses resultados também podem contribuir para a publicação de outros trabalhos científicos que abordem essa temática.

Esta pesquisa surgiu da experiência vivenciada na escola através dos estágios, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Durante os estágios, é comum nos depararmos com professores desestimulados, cansados, mas que ainda assim não abandonam sua profissão. Sendo assim, durante todo período de estágio a convivência na escola foi essencial para o andamento da pesquisa, uma vez que foi possível ter acesso ao cotidiano escolar, e isso possibilitou conhecer de perto a realidade profissional dos docentes, incluindo assim, os momentos de frustração, desapontamentos, tristezas, assim também como os momentos de alegria e esperanças por parte de alguns.

2. PROLETARIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NO TRABALHO DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

A proletarização do professor está relacionada com a desqualificação do seu trabalho, uma vez que esse profissional desempenha suas funções nas mais precárias condições. Estas por sua vez, envolvem não apenas a organização do trabalho nas escolas, como também a falta de valorização profissional, no que diz respeito, a salários, formações, dentre outros aspectos. Alves (2009, p.30) afirma que:

As linhas de análise da tese da proletarização do trabalho do professor, especialmente do ensino fundamental e médio, fazem referência à desqualificação da prática pedagógica, ao modo como está organizado o trabalho nas escolas, como também, às condições socioeconômicas a que foram submetidos os professores, que, em vista disso, passaram a se organizar politicamente. [...].

As formas de organização do trabalho no interior da escola, em consonância com as transformações societárias, apontam, cada vez mais, para o professor como trabalhador de prestação de serviços, associado a funções burocráticas, diminuindo as chances de realização do objetivo desejado com o trabalho educativo, qual seja, o saber, a reprodução e produção de conhecimento científico e a intensificação da condição humana (VIEIRA et al; 2011). Para Alves (2009), o lugar que tem sido ocupado pelos professores nas escolas, na divisão técnica do trabalho, evidencia o fato, de que o trabalho docente, vem expressando uma maior divisão, intensificação e menos autonomia.

Sendo assim, o que se tem em vista, especificamente, são as necessidades do mercado de trabalho capitalista e subordinador da educação ao mundo do trabalho. E pior é que o professor que tem arcado com as despesas dessa formação, uma vez que, ele tem que desenvolver essas atividades no seu tempo livre, ou até mesmo em cursos pagos ministrados em instituições privadas ou fundações públicas (COSTA et al., 2009).

A profissão docente está envolta por uma série de exigências e regras a serem cumpridas. O professor ao passar dos anos tem se tornado alvo das políticas públicas educacionais, que por sua vez, cobram desses profissionais, competência e aperfeiçoamento, com a intenção de transformar os conhecimentos mediados pelo docente, em algo lucrativo, pois o mercado capitalista visa à educação como mercadoria. E dessa forma, cada vez mais o trabalho docente tem se tornado proletário. Diante dessa situação, Alves (2009, p.34) diz que:

Considera-se proletária a classe que é explorada no modo de produção capitalista, tanto nas relações técnicas de produção como nas relações de classe de produção. Nas diversas formas que a organização do trabalho assumiu desde a manufatura, formas de cooperação e de interação no trabalho sempre estiveram presentes, demarcando um caráter de subordinação e de resistência do homem ao trabalho [...].

O autor ainda salienta que mesmo que o trabalho docente não seja desenvolvido nas mesmas condições dos trabalhadores das indústrias, ele está submetido aos mesmos processos estruturais da maioria dos trabalhadores assalariados. Sendo assim, percebe-se que o trabalho docente é considerado proletário, quando comparado com o trabalho que é desenvolvido nas fábricas, onde por sua vez há cobranças por parte dos patrões, no que se refere a prazos e eficiência na realização das atividades, sendo que os salários nem sempre correspondem ao nível de eficiência desses trabalhadores.

É notável que na profissão docente não tem sido diferente, os governantes exigem desses profissionais cada vez mais eficiência, e preestabelecem datas para o cumprimento das atividades no entanto, não há o investimento necessário para a formação continuada desse

profissional, além disso, esses não recebem salários compatíveis como seu nível de formação, o que aumenta ainda mais a ideia de que a profissão docente enfrenta sim um estado de proletarização. Partindo desse princípio, Costa et al. (2009, p.96), relata que:

Impossível não é caracterizar o professor como em processo de proletarização a partir da sua inserção no processo de trabalho: impossível é assumir que o professor da escola pública não estabelece relações capitalistas, numa situação em que é regido por um estado capitalista, que opera, cada vez mais, segundo a lógica privatista das empresas e, por isso mesmo, desenvolve relações de exploração capitalista sobre todos os trabalhadores a ele subordinados, seja na condição de funcionários públicos temporários ou permanentes, seja na condição de trabalhadores prestadores de serviços terceirizados, ou de efetivos.

E como consequência da proletarização, o professor ao longo dos anos vem enfrentando momentos de alienação em sua profissão. A escola hoje se tornou um ambiente de obrigação. Cada vez mais nos deparamos com alunos e professores desmotivados, e o conhecimento que deveria ser algo prazeroso, tem se tornado apenas obrigação, tanto por parte de alunos, como dos próprios professores.

Percebe-se que nos dias atuais a escola, não tem sido apenas um ambiente de produção de ideologias, mas um local onde ocorre uma educação disciplinadora, que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho. Nesse contexto, o professor desempenha o papel de mediador dessa preparação, sendo assim, o intelectual que deverá entregar nas mãos dos trabalhadores as armas, na forma de conhecimento, para a luta contra opressão e a exploração (COSTA et al., 2009). Dessa forma, no seu processo de trabalho, o professor é submetido a uma situação idêntica ao proletário, uma vez que a classe dominante procura associar educação ao trabalho, colocando sobre o professor a responsabilidade de guardião do sistema (TRAGTENBERG, 2011).

A profissão docente é vista como uma profissão que sofre alienação, uma vez que o professor sendo considerado o mediador de conhecimentos é lançado sobre ele um alto grau de responsabilidade e exploração, pois os mesmos além de trabalharem em condições desfavoráveis, ainda são culpabilizados se o rendimento escolar do aluno não vai bem. De acordo com Costa et al. (2009), na conjuntura internacional, a tendência é de desvalorização do professor, ao mesmo tempo em que há uma grande expectativa depositada nele de que cumpra seu destino como agente de mudança. Porém, esse reconhecimento social não está vinculado à valorização dos salários e da carreira.

Diante do exposto, nota-se que as precárias condições de trabalho dos profissionais docentes os colocam em um processo de proletarização e conseqüentemente de alienação, e

como resultado desses processos, surge um profissional que não sente-se motivado para realizar as suas atividades.

3. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Foi a partir dos anos 1980, que processo de formação docente começou a ser tratado com maior importância pelas políticas públicas educacionais. Devido aos avanços tecnológicos, houve a necessidade de uma força de trabalho que soubesse lidar com as novas demandas da sociedade. Diante do novo contexto que a sociedade estava enfrentando, foram criadas algumas associações que reivindicavam os direitos dos profissionais da educação. É que afirma Oliveira (2000 p.01):

A partir de 1983, o Comitê Pró Formação do Educador, criado em 1980, transformou-se em Comissão Nacional, vindo a se tornar, em 1990, Associação Nacional para a Formação de Professores (ANFOPE), realizando vários encontros ao longo dos anos, visando, além de mobilizar os educadores, acompanhar, sistematizar, promover e articular esforços pela reformulação dos cursos de formação de professores, tudo isto sem comprometer sua autonomia frente aos órgãos oficiais.

Segundo o autor, além do empenho em relação à formação dos professores, a ANFOPE, deu início à construção de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que seria responsável não somente pelos anseios educacionais, mas pelos anseios de outros setores sociais. No entanto, de acordo com Carvalho (2008) com surgimento da nova LDB (Lei nº 9.394/96) também passa a predominar a política neoliberal que por sua vez tem pretensões de conduzir o trabalho pedagógico na sala de aula, com o objetivo de formar cidadãos competitivos, eficientes, rentáveis, lhes assegurando ter como retorno empregabilidade.

Dessa forma, percebe-se que no meio educacional predomina uma política que vê a educação como mercadoria, pois a mesma só passou a ter atenção por parte dos governantes, quando começou a ser relacionada qualidade de ensino com qualidade de produção, é o que percebemos até nos nossos dias atuais. Para Scheibe (2008), no interior de uma crescente mobilização pela formação superior de todos os profissionais da educação, houve uma progressiva remodelação do curso de graduação. Dessa forma, a LDB determinou no seu artigo 62, que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível Superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

A partir da implantação da LDB, a profissão docente passou a ser um pouco mais valorizada, pois até então a docência podia ser exercida por pessoas que não tivessem nível superior, o que colocava a profissão, como sendo algo que podia ser exercido sem qualificação profissional. Além disso, a LDB no Art. 61, inciso I, que está relacionado com a formação dos profissionais da educação, relata que essa formação, tem como um de seus fundamentos a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a formação em serviço.

No entanto, essa finalidade de relacionar a teoria com a prática na formação docente não é algo que está de fato ocorrendo nas instituições de ensino superior, nem tão pouco a formação em serviço, pois com as cargas horárias abusivas é pouco provável que o profissional docente encontre tempo disponível para seu aperfeiçoamento profissional. Para Garcia (2012, p.03) “Nas universidades, não estamos preparando os futuros professores para alguns dos principais desafios da profissão. Parece persistir a crença de que os docentes bem preparados são aqueles que dominam conteúdos e métodos de ensino”.

Na formação inicial, na maioria das vezes é elaborado um estereótipo ideal em relação à profissão, no entanto, quando o docente se depara com a real situação de uma instituição escolar, sente-se perdido e despreparado, o que com o que o passar do tempo provoca nesse profissional desgaste, se esgotando assim as tentativas e expectativas relacionadas a uma possível melhoria nas condições de trabalho, o que gera um quadro de desmotivação (MAXIMIANO, 2008). Ainda neste sentido,

A formação docente implica instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino (MEC, 2000, 12).

A formação dos profissionais docentes, de uma maneira geral tem deixado a desejar, principalmente no que diz respeito à falta de interação entre teoria e prática e em relação ao pouco ou nenhum contato que os Institutos Superiores de Ensino têm com a Educação Básica. Sendo assim, o que ocorre é que depois de formado, o profissional docente se depara com uma realidade a qual ele não conhecia, e acaba se desmotivando por não saber lidar com a realidade das escolas e as novas demandas da sociedade.

3.1. FORMAÇÃO INICIAL

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2000) na formação inicial dos professores, tem ocorrido sérios problemas que envolvem currículo, as instituições de ensino, dentre outros. Três desses principais problemas são:

Em primeiro lugar as instituições de ensino acabam não praticando o que está na LDB, no que diz respeito a unir teoria e prática na formação docente. O currículo que deveria ser seguido pelas instituições, acaba sendo produzido de maneira aleatória nas próprias instituições. Dependendo do ponto de vista, para alguns essa atitude é tida como inovacional, atualizada, mas pode-se perceber que usando desse artifício muitas instituições acabam camuflando o que é lei, e dessa forma a educação não avança como deveria (MEC, 2000).

Em segundo lugar o problema que surge na formação inicial do professor se refere ao distanciamento que há entre as instituições de ensino superior e as de ensino básico. Na realidade na maioria das vezes o licenciando não tem contato algum com as escolas que no futuro serão seu ambiente de trabalho, só então na metade do curso no momento de estágio é que há uma ligação com as escolas de ensino básico, e quase sempre quem tem que fazer esse contato inicial com a escola é o próprio licenciando (MEC, 2000).

Dessa forma, o Ministério da Educação afirma que:

O fato das escolas de formação não conseguirem se articular com um grupo de escolas do sistema de ensino e compartilhar com elas o desenvolvimento de um projeto de formação, com ações que atendam aos interesses das duas instituições - impede que o estágio cumpra o relevante papel que desempenha em uma formação profissional (MEC, 2000, 23).

Em terceiro lugar, na formação inicial dos professores tem ocorrido o tratamento inadequado dos conteúdos. Isso ocorre, uma vez que, o professor desempenha diversas funções, como: planejar, avaliar, criar, mas o mesmo não fará isso com bom êxito se não souber quais os conteúdos que na prática deverão ser repassados para seus futuros alunos (MEC, 2000). Sendo assim, nota-se que:

Não há clareza sobre quais são os conteúdos que o professor em formação deve aprender, em razão de precisar saber mais do que vai ensinar, e quais os conteúdos de ensino propriamente ditos. São, assim, desconsideradas a distinção e a necessária relação que existe entre o conhecimento do objeto de ensino, de um lado e, de outro, sua expressão escolar, também chamada de transposição didática (MEC, 2000, p. 25).

Diante disso, a formação inicial como preparação profissional tem papel crucial para possibilitar que os professores se apropriem de determinados conhecimentos e possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuar nesse novo cenário. A formação de um profissional de educação tem que estimulá-lo a aprender o tempo todo, a pesquisar, a investir na própria formação e a usar sua inteligência, criatividade, sensibilidade e capacidade de interagir com outras pessoas (MEC, 2000).

Portanto é perceptível que a formação inicial dos professores é de extrema importância para o desenvolvimento de suas competências e de suas habilidades, mas para isso faz-se necessário que essa formação seja oferecida aos mesmos com maior compromisso por parte das políticas públicas educacionais.

Porém, não tem havido, por parte das dessas políticas uma preocupação referente a importância de oferecer uma boa formação aos profissionais da educação. Nos nossos dias atuais nunca se falou tanto na importância que a educação tem para o desenvolvimento do País. No entanto, sem priorizar a qualificação do professor, não há educação de qualidade.

Neste sentido, Siniscalco (2003), destaca que segundo a recomendação da OIT/UNESCO (1996) os avanços na área da educação dependem das qualificações e das habilidades das equipes de ensino em geral, assim como da capacidade humana e profissional de cada professor. Conhecimentos e habilidades sobre disciplinas e capacitações anteriores ao ingresso da carreira, “adquiridos e mantidos por meio de estudos rigorosos e continuados”, são pré-requisitos fundamentais para uma força docente eficaz.

“É certo que há uma enorme distância entre o perfil de professor que a realidade atual exige e o perfil de professor que a realidade até agora criou. Essa circunstância provoca a necessidade de muito investimento na formação profissional” (MEC, 2000, p.12). Pode-se perceber que para ter uma educação de qualidade, tem que haver investimento na formação tanto inicial, quanto continuada dos profissionais docentes.

3.2. FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada dos docentes está incluída em um conjunto de atividades que ocorrem após o término da graduação e também no ingresso do profissional no magistério. Assim sendo dentro desse termo “formação continuada” se encaixam as mais variadas formas de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional. Para Gatti (2008, p.57):

Nesses estudos, ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional – horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet, etc.) [...].

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho (GATTI, 2008).

O processo educacional que é considerado um processo histórico, que se consolida de acordo com as demandas da sociedade passou a ter bastante influência na nova sociedade capitalista. Sendo assim o professor que por sua vez está incluído no contexto globalizado passa a ser visto como um elemento importante no processo de melhoria da qualidade de profissionais que a nova sociedade capitalista exigia. A sociedade capitalista passa a exigir maiores competências, habilidades, eficácia, no que diz respeito ao mercado de trabalho. De acordo com Cordeiro e Sousa (2002, p.02):

A formação continuada de professores, de acordo com os novos olhares expressos pela LDB 9394/96, revelou importantes valores no sentido de qualificar o trabalho docente visando ao alcance de melhores níveis de aprendizado na escola brasileira. No entanto, ela requer amplas reflexões no sentido de mudar as condições de trabalho impostas aos professores na educação brasileira.

Porém, apesar dessa nova visão capitalista em relação à profissão docente, esse sistema não cumpriu e não vem cumprindo com as mais básicas necessidades profissionais docentes, nem no que se refere à formação, nem tão pouco a condições de trabalho favoráveis. Neste sentido, percebe-se que o Sistema Capitalista, quando é conveniente para sua política neoliberal, usa de argumentos que colocam o professor como o centro do processo educacional, alegando que o mesmo deve ter boa formação, para dessa forma, repassar seus conhecimentos para os demais da sociedade.

Diante desse contexto, Bettina (2008 apud Praxedes et al, 2010), ressalta que a formação continuada eleva a motivação do professor. Assim sendo, nota-se que a formação continuada é um dos estímulos para o professor, uma vez que a partir dessa formação, ele

sente-se mais valorizado profissionalmente, e ainda tem outra oportunidade de aprender, o que não ficou tão claro durante o período de formação inicial. Logicamente que uma formação Continuada de qualidade é um fator que pode ajudar o professor a se sentir menos desvalorizado, não implica dizer que resolveria todo o problema, que vale ressaltar, envolvem vários outros fatores.

No entanto, Para Gatti (2008) o objetivo dessa formação é além de outros, tentar suprir os déficits que ficaram da formação em nível de graduação. Dessa forma, o autor ainda afirma que problemas concretos das redes inspiraram iniciativas chamadas de educação continuada, especialmente na área pública, pela constatação, por vários meios (pesquisas, concursos. Públicos, avaliações), de que os cursos de formação básica dos professores não vinham (e não vêm) propiciando adequada base para sua atuação profissional.

De uma maneira geral, a formação docente, não tem proporcionado a este profissional, segurança necessária para o exercício de suas funções, nem no sentido teórico, nem no sentido prático, e tão pouco na relação teoria e prática exigida pela LDB. A formação continuada, de fato, tem se tornado essencial para o aperfeiçoamento desses profissionais. Gatti (2008) diz que a LDB veio provocar especialmente os poderes públicos quanto a essa formação. A lei reflete um período de debates sobre a questão da importância da formação continuada e trata dela em vários de seus artigos.

No artigo 67 da referida Lei, relata que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, traz em seu inciso II o aperfeiçoamento profissional continuado como uma obrigação dos poderes públicos, inclusive propondo o licenciamento periódico remunerado para esse fim. No artigo 80, diz que Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Mais adiante no artigo 87, §3º, inciso III, é notificado que é dever de cada município realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância (GATTI, 2008).

Apesar de alguns avanços, essas formações, tanto inicial quanto continuada, ainda necessitam de aperfeiçoamentos, que visem a formação de um profissional crítico que use seus conhecimentos teóricos sempre relacionados à prática, e acima de tudo, sejam capazes de ver a educação como um processo contextualizado e não isolado. Dessa forma, Costa et al. (2009, p.38) ressalta que:

Urge mudar radicalmente tanto a formação inicial como a continuada do profissional da educação. Em relação à formação inicial, representa realizar uma revolução nos cursos de licenciatura tanto das universidades públicas como das universidades privadas. Isto significa unir a teoria e a prática na formação inicial do professor, se não continuaremos formando um profissional parcial, debilitado e divorciado do mundo educacional. A formação continuada deve ser responsabilidade exclusiva do Estado.

Diante desse contexto, percebe-se que a formação Inicial e Continuada dos professores ainda deixam a desejar no que se refere à qualidade, e sendo assim, os profissionais docentes quando saem da faculdade, se deparam com uma realidade a qual não tinham acesso, pois na maioria dos casos, os cursos de formação inicial não incentivam o aluno, a ter acesso ao ambiente escolar, que será seu futuro ambiente de trabalho. E quando já está exercendo seu trabalho na Educação Básica, o professor sabe que existem leis que garantem a formação continuada, no entanto essas formações acabam sendo trabalhadas de forma aligeirada, sem nenhum planejamento, e o que seria para o esse profissional um fator de motivação, acaba gerando frustração e desânimo.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Apesar de haver Políticas Educacionais de valorização dos docentes, as mesmas na maioria das vezes não ocorrem na prática, o que torna cada vez mais evidente a desvalorização desses profissionais, em especial os da Educação Básica pública. De acordo com Leão (2013), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad- 2009), do IBGE, apontaram que o professor da educação básica é o profissional menos valorizado no Brasil. Sua renda média anual equivale a 40% da dos demais profissionais com mesmo nível de escolaridade.

Diante do exposto, nota-se que esses profissionais de fato sofrem desvalorização por parte das políticas públicas. No entanto, o valor do trabalho docente é mencionado na constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especificamente no artigo 23, capítulo III. No inciso V é expresso os principais mecanismos de valorização dos professores. Nessa lei está garantida para a valorização dos profissionais do ensino, os planos de carreira para o magistério público, assim como o piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (BASÍLIO, 2010).

No que se refere à valorização do trabalho docente, nos anos 2000, surgiram algumas políticas educacionais com intuito de melhorar as condições de trabalho dos professores,

assim como melhorar a qualidade de formação, e estas configuram a atual política docente. Dentre elas se destacam: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano Nacional de Formação dos Professores (PARFOR) e Lei do Piso. O PDE foi criado no governo de Luís Inácio da Silva (2003-2010), sendo lançado oficialmente pelo Ministério da Educação, no dia 24 de abril de 2007. Com o surgimento deste plano, houve uma repercussão positiva, uma vez que o mesmo preocupa-se com a qualidade de ensino ofertado, sobretudo nas escolas de educação básica (BARROS et al., 2012).

No entanto, Costa et al. (2009, p.40) afirma:

[...] que o PDE está sendo propagandizado na mídia como tábua salvadora da educação e apresenta metas para serem atingidas só em 2022, com eixo na melhoria da qualidade da educação, levando em conta o desempenho dos alunos na Prova Brasil e as taxas de aprovação. Assim o PDE é um conjunto de programas que apresentam metas que visam superar a crise estrutural da Educação Brasileira. Para tanto, apresenta 27 medidas.

Dentre as 27 medidas preestabelecidas pelo PDE, a segunda se refere diretamente a valorização profissional docente. Essa medida ressalta que foi sancionada em 2008, a Lei nº11.738, a Lei do Piso. Nesse sentido, Abicalil (2008, p.69), evidencia que:

O PSPN não é o salário, o vencimento, ou a remuneração do profissional de educação numa determinada carreira, seja federal, estadual, municipal ou de empresa privada. É o valor mínimo abaixo do qual não pode ser fixada a remuneração de início de carreira de um determinado profissional, em regime de trabalho de tempo integral [...]

Esta Lei institui o Piso Salarial para os professores, cujo valor era de R\$ 950,00 por 40 horas semanais para formação em nível Médio na modalidade normal. No art.5 esta lei afirma que piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009 (BRASIL, 2008). Diante desse contexto a tabela 1 apresenta os diferentes valores do Piso Salarial, desde o ano de 2009.

Tabela 1: Evolução do Piso salarial do professor de educação básica entre os anos de 2009/2013.

EVOLUÇÃO DO PISO SALARIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENTRE OS ANOS DE 2009/2013	
Ano	Piso Salarial
2009	R\$ 950,00
2010	R\$ 1.024,67
2011	R\$ 1.187,00
2012	R\$ 1.451,00
2013	R\$ 1.567,00

Fonte: Adaptada a partir dos dados extraídos do portal Info Hoje (2013).

De acordo com a tabela o último reajuste do Piso Salarial do Professor, foi de 7, 97%, o que representa que o valor salarial passou de R\$1.451,00 em 2012, para 1.567, 00 em 2013. Nota-se que o reajuste deste ano foi bem inferior ao do ano passado. Nesse sentido o Ministro da Educação Aloisio Mercadante disse que “Houve uma desaceleração da economia, uma queda de receitas, mas a lei é essa, e a lei está embasada num caminho de recuperação do piso para permitir que a educação brasileira dê um salto de qualidade” (PASSARINHO, 2013). De fato a Lei do Piso é vista por alguns como um fator importante para melhoria da educação e para valorização do magistério. Nesse sentido, para Leão (2013) “A referida Lei concilia remuneração, formação e jornada de trabalho, constituindo um primeiro instrumento efetivo de política pública capaz de reverter à histórica desvalorização do magistério”.

No entanto, além de baixos, os reajustes do Piso Salarial não são respeitados em todos os estados e municípios. Nesse sentido a CNTE (2013) ressalta que 10 estados não pagam o Piso, são eles: Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, e apenas cinco cumprem a lei, são eles: Acre, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso e Rondônia. Os demais estados não cumprem a lei na totalidade, ou seja, são seguem os regulamentos de cargas horárias referentes ao valor do Piso.

O cumprimento da Lei do Piso é o mínimo que os governantes podem fazer no que diz respeito à valorização profissional docente, se isso não ocorre só se acentua a ideia de que o

magistério é negligenciado e desvalorizado pelas políticas públicas educacionais, e assim sendo, esse profissional a cada dia mais se sente desmotivado pela profissão.

Diante desse contexto nota-se que o PDE foi criado com a intenção de melhorar a situação precária da educação pública no Brasil, inclusive no que diz respeito à valorização profissional docente, no entanto, isso não vem ocorrendo, uma vez que apesar de ser um plano com 27 medidas que visam essa melhoria educacional, esta não vem ocorrendo na prática. Para Costa et al. (2009), o PDE nada mais é do que uma repetição atualizada de outras políticas educacionais que não garantiram o sucesso da qualidade educacional e que visam garantir o pagamento dos serviços e os juros da dívida pública” (COSTA et al., 2009, p.40). Sendo assim, a educação está a mercê da política neoliberal que a inclui na esfera de mercado, esquecendo que a mesma é social e política.

Ainda no que se refere às políticas de valorização profissional docente, destaca-se o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), que é um programa nacional implementado pela CAPES em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e com as Instituições de Ensino Superior (IES). (BARROS et al., 2012). Assim sendo os autores afirmam que:

O programa tem como principal objetivo garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida LDB, por meio da implantação de turmas exclusivas para os professores em exercício. Os cursos oferecidos aos participantes do PARFOR são de três tipos: primeira licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica (BARROS et al., 2012, p.07).

A Primeira licenciatura é especialmente dedicada para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; a segunda por sua vez é direcionada para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; e a Formação pedagógica é direcionada para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica (CAPES, 2006). O PARFOR foi criado com a intenção de resolver um grave problema, que é o exercício do magistério sem curso superior. É o que afirma Máximo (2010, p. 01):

Para tentar resolver o problema, em 2009, o governo federal enviou ao Congresso Projeto de Lei (PL 280) que torna obrigatória a formação universitária do docente para todas as etapas do ensino básico, do infantil ao médio, e lançou um Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com estados e municípios.

O autor ainda salienta que quase um terço dos professores da educação básica das redes pública e particular do Brasil não tem formação adequada. Do total de 1,977 milhão de docentes, 636,8 mil - 32,19% - ensinam sem diploma universitário. De acordo com dados de 2009 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o quadro piora nas regiões mais pobres do país.

Ainda referente à valorização profissional docente, há décadas os planos de carreira representam para esses profissionais uma esperança em relação às melhores condições de formação e as condições de trabalho. No entanto quando analisadas as ações do PDE, nota-se que a desqualificação do magistério e as precárias condições de trabalho não mudaram muito desde a última década (BARROS et al, 2012). No Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos Professores (PCCR), estão dispostas algumas regras relacionadas ao desempenho de suas atividades, é o que afirma Minhoto e Giglio (2011, p.38):

De acordo com o PCCR, os professores devem ministrar os dias letivos e as horas de aula estabelecidas na legislação, participar da proposta pedagógica da escola, elaborar e cumprir planos de trabalho, estabelecer estratégias de recuperação paralela, participar de períodos de planejamento e avaliação, colaborar com a administração da escola, participar de reuniões pedagógicas e iniciativas de articulação com a comunidade, buscar o aperfeiçoamento profissional e a formação continuada.

Percebe-se que no plano de Carreira do Magistério estão dispostos direitos e deveres do profissional docente, porém os direitos que estão principalmente relacionados com as condições de trabalho quase sempre não são levados em conta, pois não se efetivam na prática, pelo menos não da maneira que estão inseridos na lei. Nesse sentido ainda somos um país atrasado no que se refere à extensão do direito à educação, que por sua vez envolve diretamente a valorização profissional docente.

Dessa forma, Basílio (2010) salienta que as políticas públicas educacionais no Brasil, são desenvolvidas como um conjunto de leis, que relacionam o ensino e aprendizagem como bom ou de má qualidade. Assim sendo, o ambiente escolar é tratado pelos governantes como produtor da força de trabalho e não como um espaço de desenvolvimento de culturas e saberes. Diante desse contexto, uma questão a ser levantada é onde será que o Brasil está errando em sua política educacional? Para Carvalho (2008, p.82):

No momento atual, necessitamos de uma política pública de formação, que trate, de maneira ampla, simultânea, e de forma integrada, tanto da formação inicial, como das condições de trabalho, remuneração, carreira e formação continuada dos

docentes. Cuidar da valorização dos docentes é uma das principais medidas para a melhoria da qualidade do ensino ministrado às nossas crianças e aos nossos jovens.

Para Demo (2008), outro fator importante que afeta a qualidade educacional, ou o atraso da educação é justamente a falta de união entre órgãos responsáveis por liderarem os recursos destinados à educação. Por exemplo, a União se ocupa do Ensino Superior, os Estados do ensino médio e os municípios do ensino infantil e fundamental, infelizmente as Instituições não costumam dialogar entre si quando o assunto é educação. O nepotismo, o patrimonialismo-muito evidente na indicação política dos dirigentes das escolas - o clientelismo e a corrupção em muitos municípios contribuem significativamente para os baixos índices de desenvolvimento educacional no Brasil. Nesse sentido, o autor ainda afirma que:

Na direção das secretarias, encontram-se facilmente apaniguados políticas que não dispõem de preparo mínimo, nem mesmo de gestão, para pensar em políticas educacionais, projeto pedagógico, currículo, etc. Enquanto isso, o discurso sobre prioridade da educação é cacoete repetitivo dos mandatários, não passando de prioridade verbal, como regra. A ironia é que, quanto mais se insiste em educação, mais se obscurece sua real prioridade (Demo, 2008, p.23).

A educação pública brasileira tem deixado a desejar, segundo Gil (2011) em todo o país, excetuando-se Brasília/DF, os profissionais da rede pública de ensino são mal remunerados. Os baixos salários recebidos pelos professores dificultam uma melhor (re) qualificação/atualização, geram insatisfação e muitas vezes, o desinteresse dos profissionais pelo exercício da educação. Excelentes professores “abandonam a lousa” ou migram para as instituições particulares, na busca de melhor remuneração. “Outro entrave para o investimento na educação se chama dívida pública interna do País. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2000 a 2007 o Estado Brasileiro gastou um trilhão e 267 bilhões com o pagamento de juros da dívida” (GADOTTI, 2011).

Mas o que fazer para melhorar a situação crítica que a nossa educação vem enfrentando ao longo dos anos? Segundo Gadotti (2011, p.06) “nenhuma reforma educacional terá êxito se não se traduzir em investimento na docência, não só melhorando os salários dos professores, mas também a sua formação, suas condições de trabalho, envolvendo-o s como sujeitos do processo”.

Ainda de acordo com o autor, novos planos educacionais sempre despertam grandes esperanças, mas também tem gerado muita frustração. Ainda está em discussão no Congresso Nacional o PNE 2011-2020 que aponta para alguns avanços: a elevação do investimento em educação até 10% do PIB a ser atingido em 2020; a valorização do magistério com a meta de

50% dos professores com – graduação até 2020, com salários mais competitivos e atrativos, igual à média dos demais profissionais do mesmo nível.

No entanto, essas políticas educacionais, cada vez mais vão se esquivando da realidade, e o que se vê são políticas públicas baseadas nos interesses do sistema, que utiliza a educação para promover a economia capitalista e esquecem que a mesma é social e política.

5. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES

Muitas são as causas que vem desmotivando o profissional docente no exercício de suas funções. Este fato é perceptível ao se analisar as mais diversas condições de trabalho, a que esse profissional tem sido submetido. Nesse sentido, Praxedes et al. (2010) afirmam que, “Pesquisas apontam diversos fatores que podem vir a gerar a desmotivação docente. O excesso de carga horária e os baixos salários são os que mais se destacam”. Para Maximiano (2008) os fatores relacionados à questão do baixo salário, ao desinteresse dos alunos, [...], são os principais causadores da desmotivação dos Professores.

Dessa forma, segundo a UNESCO o Brasil é o terceiro país membro dessa entidade que paga os piores salários aos trabalhadores da educação. Disso resulta a necessidade de os professores trabalharem em mais de uma escola, de modo a garantir o atendimento de suas necessidades materiais (BARRETO apud VIEIRA et al., 2011). Os profissionais docentes vêm na possibilidade de trabalhar em duas escolas, um meio de aumentarem sua renda, já que trabalhar em apenas uma instituição, é sinônimo de salário baixo, que mal dá para sobreviver.

Entretanto há diversos outros fatores que são considerados desmotivadores na profissão docente, dentre eles, se destacam: tamanho da classe e a indisciplina dos alunos, ausência dos pais na vida escolar dos filhos, a falta de cooperação dos estabelecimentos de ensino com o profissional docente, além das exigências curriculares, que alegam que o professor deve trabalhar de uma forma contextualizada.

Trabalhar os conteúdos de forma contextualizada não seria um fator desmotivador, se os profissionais docentes tivessem em sua formação inicial um direcionamento para essa nova realidade educacional, mas nem sempre isso acontece, gerando assim desânimo e desmotivação nesses profissionais. Diante dessa realidade, Maximiano (2008, p.03) afirma que:

Ser Professor é uma das profissões que mais tiveram aumento de tarefas nos últimos tempos. Além de ensinar conteúdos da área para a qual foi preparado, o professor

tem de lidar com outros para os quais não tem nenhuma capacitação. Basta ver os temas transversais que fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais: cada um compreende uma área do conhecimento com sua própria complexidade. O professor de Matemática não está pronto para falar de Educação Sexual, nem o de Língua Portuguesa para ensinar questões ligadas ao Meio Ambiente.

Nota-se que a mudança curricular e de novas práticas pedagógicas tem realmente causado no profissional docente certo temor e desmotivação, no entanto, o salário, a carga horária de trabalho, a indisciplina dos alunos, e a falta de participação da família na vida escolar dos filhos, têm prevalecido como fatores que desmotivam o profissional docente.

No entanto, um dos princípios orientadores estabelecidos na Recomendação OIT/UNESCO é que as condições de trabalho possibilitem aos professores concentrar-se em suas tarefas profissionais e promover aprendizagem efetiva dos alunos. Os salários, particularmente, devem oferecer aos professores meios que garantam um padrão de vida razoável, além de permitir investimentos em sua formação continuada. (SINISCALCO, 2003). Porém na prática esses princípios não acontecem uma vez os salários continuam baixos, as cargas horárias continuam elevadas, e o excesso de alunos por turma tem sido considerado um fator predominante para a desmotivação docente.

Essa situação de turmas com excesso de alunos tem sido causa de frustração entre os profissionais docentes, a maioria dos docentes reclama da indisciplina dos seus alunos, que não se interessam pelas aulas e que não respeitam o professor. Ao chegar à sala dos professores, um professor declarou:

“Hoje a turma do fundamental está pior que nunca, não sei o que acontece com esse povo, que não quer nada com a vida, não quer saber de estudar, e nem respeitam mais professor” (José, Nota de Campo).

Outra condição de trabalho, que de fato tem desmotivado o profissional docente, refere-se à carga horária que os profissionais docentes enfrentam. Segundo Souza (2009), o trabalho do professor não restringe ao tempo do lecionar propriamente dito, mas ao tempo de preparação das aulas, da pesquisa, da preparação de dispositivos avaliativos, aplicação e correção, fechamentos de relatórios de notas, etc.

Sendo assim, no que diz respeito às condições de trabalho do docente, vários fatores contribuem para sua insatisfação no exercício da profissão. A profissão por si já envolve uma amplitude que exige do professor habilidades e competências a todo tempo, uma vez que ser professor não é apenas repassar conteúdos, mas é estar sempre contextualizado com as novas demandas que a sociedade exige, e que por sinal mudam a todo tempo, no mesmo passo que mudam as tecnologias.

Diante dessas novas exigências que envolvem diretamente o profissional docente, se faz necessário que esses profissionais tenham condições de trabalho favoráveis, para assim desempenharem sua função com empenho, dedicação e profissionalismo, mas para isso é necessário políticas públicas da educação que realmente se cumpram, deixando de ser apenas teoria e se tornando efetivas no trabalho docente. Dessa forma, Souza et al (2009, p.06) afirma que:

Considerando a atual política docente, torna-se imprescindível que exista uma política educacional que garanta tais condições de trabalho aos professores, para que esses profissionais contem com subsídios para manter uma prática docente alinhada criticamente ao contexto mais amplo da sociedade.

Partindo do princípio que o profissional docente enfrenta no dia-a-dia, condições desfavoráveis de trabalho, que por sua vez geram desânimo e falta de motivação para o exercício do seu ofício, não há como negar que tais condições tem provocado nesses profissionais desistências, pois quando o professor não abandona definitivamente a sala de aula, mas desiste de acreditar que um dia essa situação de desvalorização pode mudar, e o que ocorre na maioria dos casos, é que esses profissionais desistem, mas permanecem exercendo seu ofício, sem expectativas, sem sonhos, sem ânimo, mas permanecem.

Para Maximiano (2008, p.05) “quando o docente se depara com esta situação entra num processo de defesa e proteção que inconscientemente leva-o a não se envolver emocionalmente e, entra em BURNOUT”. O estudo do Burnout desencadeou-se a partir de muitos outros estados emocionais: falta de motivação, desamparo, desesperança, passividade, alienação, depressão, fadiga, stress e agora Burnout. O autor ainda traz a seguinte explicação para a síndrome que ataca os professores, deixando-os cansados, abatidos e sem vontade de ensinar:

Burnout foi o nome escolhido: em português, algo como “perder o fogo”, “perder a energia” ou “queimar (para fora) completamente” (numa tradução mais direta). É uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil (Codo, 1999, p.238 apud MAXIMIANO, 2008).

Dessa forma, entende-se a síndrome de Burnout, como sendo o mal que atinge uma boa parte dos profissionais docentes da educação básica pública do nosso país. É comum nos depararmos com professores totalmente desestimulados, e que continuam lecionando, mas já não acreditam na melhoria educacional, e menos ainda na valorização profissional docente.

5.1. JORNADAS E SALÁRIOS

Não são poucos os fatores referentes à desmotivação docente, no entanto as duplas e até triplas jornadas de trabalho e os baixos salários pagos a esses profissionais tem sido motivo de discussões e polêmicas que envolvem esta classe. Para Siniscalco (2003, p.27):

A carga horária de trabalho contratual de um professor inclui todas as horas de trabalho especificadas no contrato ou em suas condições de serviço. Inclui as horas estatutárias (quando especificadas) dedicadas a atividades relacionadas ao ensino, tais como preparação de aulas, correção, formação em serviço, reuniões da equipe, apoio aos alunos e atividades extracurriculares.

Uma das mais fortes razões que desmotiva o profissional docente é justamente a carga horária dupla ou até tripla se não da maioria, pelo menos uma parcela significativa deles. O profissional docente sente-se obrigado a trabalhar os três turnos, e até mesmo em mais de um estabelecimento de ensino, pois só assim conseguirá suprir suas mínimas necessidades financeiras. Diante disso, Pinto (2009, p. 56) ressalta que:

Como o salário pago por uma rede de ensino é insuficiente para viver com o mínimo de dignidade, as jornadas são fixadas de tal forma que se possa atuar em outras redes de ensino, ou ter mais de um cargo em uma mesma rede. Aí surgem as jornadas as mais esdrúxulas possíveis: 20 h, 24 h, 30 h, etc.

Com tantas horas de trabalho, na maioria das vezes o professor sente-se sufocado em ter que dar conta de lecionar em três turnos, ou até mesmo em mais de um estabelecimento. Na maioria dos casos esses profissionais não tem tempo suficiente nem para planejar suas aulas. Durante um momento de conversa informal durante na sala dos professores, um professor citou:

“Agente que tem vínculo com duas escolas não tem tempo para nada, nem para preparar aulas diferenciadas, nem trabalhar com novos métodos. Quem é daqui que não quer ficar só com um horário na escola”? (José, nota de campo). No mesmo momento de conversa, outro professor citou:

“A perspectiva de salários melhores nessa base aqui vai demorar. Por isso não há como fugir da realidade que temos que trabalhar em mais de um estabelecimento para poder ganhar um pouco melhor” (Paulo, nota de campo).

Diante do exposto fica claro que as jornadas de trabalho que os profissionais docentes enfrentam diariamente fazem parte dos fatores que mais desmotivam esses profissionais, no

entanto a questão salarial também é um forte indicador dessa desmotivação. Para Pinto (2009, p.54) “uma maneira de analisar essa questão de desvalorização salarial, é comparando a remuneração de professores com a de outros profissionais de um mesmo país”. Neste sentido a tabela 2 apresenta diferentes profissões com mesmo nível de formação do professor.

Tabela 2: Piso Salarial de diferentes profissões com a mesma titulação que o professor no ano de 2012.

CARGO	TITULAÇÃO	PISO SALARIAL
Arquiteto	Graduação	R\$ 5.573,00
Fisioterapeuta	Graduação	R\$ 4.650,00
Enfermeiro	Graduação	R\$ 4.600,00
Farmacêutico	Graduação	R\$ 2.500,00
Professor	Graduação	R\$ 1.451,00

Fonte: Adaptada a partir dos dados elaborados por Vergel (2012).

De acordo com a tabela, quatro profissões (Arquitetura, Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia) apresentam a mesma titulação (graduação) que a do professor. No entanto, em ordem decrescente, nota-se que o piso salarial pago às demais profissões é bem mais elevado do que ao professor. Neste sentido, constata-se que a profissão docente, não é bem remunerada, quando comparada com outras profissões com mesmo nível de formação. Entretanto, ainda há argumentos contra essa realidade. É o que salienta Pinto (2009, p.54):

Embora boa parte dos estudos mostre que os professores ganham menos que os outros profissionais com nível de formação equivalente, vários autores, em especial os economistas, gostam de salientar que, em média, os professores trabalham menos horas por semana e, quando esse fator é levado em conta, a aparente desvantagem desaparece.

Diante dessa constatação, percebe-se que os estudos que tratam dessa análise, partem do pressuposto, de que a remuneração dos professores não é tão baixa, ao não levar em consideração o tempo que esses profissionais usam para planejamentos, preparação de aula, e correção de avaliações. De acordo com Pinto (2009, p.55) “Se de um lado é difícil especificar o tempo adequado para as atividades docentes que não impliquem a presença em sala de aula, por outro, é evidente que elas não se esgotam aí”.

Partindo desse pressuposto, nota-se que um dos fatores que diferencia a profissão docente de outras profissões, além dos baixos salários, é a questão de que o profissional docente não realiza sua função apenas na sala de aula, uma vez que ele precisa corrigir

provas, trabalhos, planejar aulas, dentre outras coisas. De fato a questão salarial desestimula o profissional docente, pois se o salário não fosse tão abaixo esse profissional poderia se dedicar unicamente a uma escola, o que lhe renderia tempo e conseqüentemente menos desgaste físico e emocional, portanto maior nível de motivação para exercer suas atividades.

Sendo assim, entende-se o porquê que na atualidade há desmotivação e preconceitos em relação à profissão docente. O que ocorre na realidade é que na maioria dos casos quem já está na profissão, tem vontade de sair, e quem tem a possibilidade de entrar, renega essa opção. Em um dos momentos de notas de campo, um professor relatou:

“Hoje em dia ninguém mais quer ser professor, e se eu pudesse voltar no tempo também não seria. É uma profissão muito desvalorizada, além de salário baixo, ainda temos que suportar alunos indisciplinados e mal educados que nos tratam como se não fôssemos nada”.

(*Joaquim, nota de campo).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC), em 2010, data do último Censo da Educação, dos 829,2 mil formandos em cursos superiores, apenas 161,3 mil eram em cursos de licenciatura, o que representa apenas 19,4%. (CORREIO DA PARAÍBA- 2012). Dessa forma, de acordo com Siniscalco (2003, p.36) “o nível de salário dos professores pode afetar tanto as decisões de indivíduos qualificados, no sentido de entrar ou não na profissão de docente, quanto na permanência de professores atuais”.

Diante do exposto, percebe-se que a profissão docente vem perdendo ao longo dos anos seu valor social, e o que resta é a desmotivação dos que já atuam e a total falta de interesse dos que estão de fora. Nesse sentido, Leão (2013) ressalta que se faz necessário, resgatar o valor social dessa importante profissão que já sofre com preocupantes déficits nas áreas de exatas, biologia, artes e língua estrangeira.

5.2. TAMANHO DA CLASSE E INDISCIPLINA DOS ALUNOS

O excesso de alunos por sala é de fato um dos fatores que desmotiva o profissional docente, pois essa problemática que envolve a superlotação das salas de aula é considerada um dos principais fatores que causam a indisciplina dos alunos, gerando, muitas vezes estresse no professor e conseqüentemente, atrasos no desenvolvimento escolar. Diante disso, Siniscalco (2003) afirma que “O tamanho da classe é o número médio de alunos na sala de aula de um professor durante um período escolar, e representa um indicador importante das

condições de trabalho dos professores, assim como das condições de aprendizagem dos alunos”.

Muitas escolas colocam 30, 40 e até mesmo 50 alunos por sala. Nestes casos, a qualidade do ensino cai muito, pois o professor não pode oferecer um atendimento mais individualizado, buscando sanar as dificuldades de aprendizado dos alunos. Sem contar que o excesso de alunos por sala é um dos fatores geradores de indisciplina. (CORTELA, 2012). “A indisciplina na escola é um dos temas mais inquietantes do discurso e da prática nas escolas, absorvendo esforços significativos de todos os envolvidos no contexto educativo” (ROCHA, 2009).

São vários os fatores que podem causar a indisciplina escolar, dentre eles se destaca a falta de motivação do aluno pelas aulas, uma vez que o aluno contemporâneo não aceita mais ser “depósito de conhecimento”. O aluno da atualidade gosta de inovação, de tecnologia, e ir para aula, quando a mesma é monótona não é nada agradável para os mesmos. Neste cenário, o papel ativo é exercido pelo professor; o aluno é um elemento passivo, um mero receptor dos pacotes de informação, o que contradiz as discussões educacionais contemporâneas (ROCHA, 2009). Além disso, há outros fatores que podem interferir no comportamento indisciplinado dos alunos. É o que relata Rocha:

Outro aspecto importante que pode interferir no comportamento indisciplinado é o ambiente escolar, no qual o aluno está inserido. Salas pequenas e apertadas com pouca iluminação, onde os alunos não conseguem se acomodar. A bagunça com objetos (papéis, carteiras, brinquedos, etc.), gritos próximos a sala de aula, e calor intenso prejudicam a concentração e aprendizagem, provocando sem dúvidas a indisciplina. (2009, p.17).

Certamente o número elevado de alunos por sala, influencia em grande escala no que diz respeito à indisciplina. Esta por sua vez tem sido um fator altamente desmotivador no exercício da profissão docente. Segundo Garcia (2011), o que e como ensinar, nem sempre conseguem ser efetivos em sala de aula- o que requer também saber lidar com a indisciplina. O autor ainda afirma que:

As manifestações de indisciplina no âmbito da escola podem ser sinalizações de que os jovens almejam novas regras e maneiras de relacionarem-se mais flexíveis e próximas ao mundo contemporâneo. Muitas das vezes o professor está tão preocupado com que conteúdo trabalhar, quanto tempo da aula será necessário, ou se será que fará bem seu papel, e se esquece de que o aluno contemporâneo já não é mais aquele que só absorve que ia para escola com intuito de ouvir o professor falar a aula inteira e mesmo se não tivesse gostando da aula permanecia calado, por respeito, ou por querer voltar para casa com algum conteúdo absorvido (Garcia, 2011, p.02).

Diante desse quadro, percebe-se que o profissional docente tem mais essa responsabilidade de ser mediador do conhecimento de uma forma dinâmica, interativa, e contextualizada, mas como fazer isso, se o mesmo não tiver uma formação inicial de qualidade, e como adequar seu ensino as novas demandas da sociedade sem uma formação continuada de qualidade que proporcione isso?

Para Garcia (2011, p.03) “o ambiente atual das escolas, complexo e muitas vezes conflituoso, está originando um professor diferente, assim como outras crenças, outras rotinas, outras identidades”. Segundo Rocha (2009) o problema da indisciplina na sala de aula é um dos fatores que atualmente preocupa mais os professores, sobretudo os mais novos ou inexperientes. Sem o mínimo de silêncio e de ordem, não é possível concentrar-se no ensino e aprendizagem. Em uma conversa sobre o problema da indisciplina, uma professora relatou o quanto à indisciplina prejudica o seu trabalho:

“De fato a indisciplina dos alunos me deixa sem saber o que fazer, preparo minhas aulas com muita dedicação, mas quando chego na aula, principalmente nas turmas do fundamental está todo mundo fora do lugar, batendo nas carteiras, gritos, e mal ouvem meu bom dia”
(Margarida, nota de campo)

Dentro dessa conjuntura, Rocha (2009) salienta que a indisciplina escolar atravessa todo o processo educativo e vem-se constituindo como grande deficiência do processo pedagógico, comprometendo as aprendizagens dos alunos e afetando, de forma substantiva, a estabilidade emocional e o desempenho profissional dos docentes.

6. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado no município de Barra de Santa Rosa, que se localiza na mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião do Curimataú Ocidental. Situa-se a 201.10 km de distância da capital de João Pessoa e limita-se com os municípios de Remígio (40 km), Pocinhos (39 km), Olivedos (37 km), Cubati (38 km), Sossego (17,5 km), Pedra Lavrada (45 km), Cuité (29 km), Damião (17,5 km) e Cacimba de Dentro (30 km). De acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), a população de Barra de Santa Rosa é estimada em 14.157 habitantes, tendo área territorial de 775,658 km² e densidade populacional de 18,25 hab. / km². Segundo dados do Portal da Paraíba (2013) o Município conta ainda com um total de 22 escolas municipais, três

da rede estadual e uma da educação especial, divididas entre zona urbana e rural. Foram realizadas no ensino fundamental 2.938 matrículas, no ensino médio 513, e no pré 401.

A unidade de estudo foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto, localizada na Rua Prefeito João Inácio da Silva, nº 170, Centro, e atende nos três turnos, alunos do Ensino Fundamental e Médio. É atendido na escola, um total de 604 alunos, e o corpo docente é composto por 24 professores, sendo 12 efetivos e 12 contratados.

A técnica utilizada para realização da pesquisa foi à aplicação de um questionário (APÊNDICE A) com dez perguntas, sendo quatro objetivas e seis subjetivas. Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, intenções, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 2007). Além disso, foram utilizadas notas de campo, que foram distribuídas no referencial teórico sempre em itálico e em aspas, apresentando-se com os nomes fictícios dos professores. Estas notas foram coletadas durante a pesquisa, precisamente entre os meses de outubro a dezembro de 2012. As mesmas foram usadas com o objetivo de registrar os acontecimentos diários, cenas e momentos que chamaram a atenção, como conversa de dois os mais professores sobre a situação da educação, da escola, das turmas e em geral das situações relatadas pelos professores como sendo motivadoras ou desmotivadoras no exercício de suas funções. As notas de campo serviram como um complemento importante ao outro método utilizado que foram os questionários.

Inicialmente a coleta parcial dos dados se realizou através do pré-teste, onde apenas de três questionários foram respondidos pelos professores nos dias 11 e 12 de dezembro de 2012. Gil (2007, p.134) afirma que:

Depois de redigido o questionário, mas antes de aplicado definitivamente, deverá passar por uma prova preliminar. A finalidade desta prova, geralmente designada como pré-teste é evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, tais como: complexidade das questões, imprecisão na redação, etc.

Após a aplicação do pré-teste, foram aplicados os questionários com as mesmas questões aos demais professores, nos dias 25 a 29 de fevereiro de 2013. Dos 24 professores que lecionam na escola, 14 deles concordaram em participar da pesquisa, e estes foram denominados por P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9, P10, P11, P12, P13, P14 e a escolha foi aleatória. Dos demais professores quatro não aceitaram participar da pesquisa, alegando falta de tempo e seis não entregaram os questionários nas datas combinadas. No momento de

responder aos questionários, os professores sempre liam o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A), que apresenta todas as informações acerca do trabalho.

Para realização deste trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa. Essa abordagem na pesquisa em educação tem o ambiente natural como fonte direta de dados; os dados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é maior que com o produto; os significados que as pessoas dão as coisas são o foco de atenção do pesquisador; a análise de dados segue um processo indutivo (BOGDAN e BIKLEN, 1982 apud LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Para análise dos dados obtidos, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que é uma técnica que visa facilitar o trabalho de compreensão e interpretação dos dados. Para Moraes (1999) a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Após a análise dos questionários, para algumas questões optou-se pela construção de tabelas para uma compreensão dos dados obtidos na pesquisa. Nas demais questões, a apresentação se deu através de textos analíticos mesclados que relataram algumas falas dos entrevistados. As falas estarão sempre em *Itálico* e com aspas.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto, do município de Barra de Santa Rosa- PB, metade são efetivos da rede municipal e estadual, sendo os demais contratados da própria rede estadual. Dos que participaram da pesquisa, um leciona em escola particular e na rede estadual, seis apenas da rede estadual, e sete fazem parte da rede municipal e estadual, ainda há dentre estes, os que lecionam em cidades circunvizinhas. A experiência profissional varia de dois a 26 anos trabalho. 12 dos professores entrevistados lecionam em sua área de formação, e apenas dois lecionam em outra área. A faixa salarial mensal desses profissionais varia de R\$ 880,00 a R\$ 4.200,00, valores esses que incluem desde professores contratados em início de carreira até os efetivos com mais de 20 anos de trabalho e que lecionam em mais de um estabelecimento de ensino. A Carga horária de trabalho varia de 20 a 65 horas, incluindo o trabalho apenas em um estabelecimento, assim

como em mais de um. Nove dos professores entrevistados participam de Sindicato ou associação, enquanto cinco não participam.

Ao iniciar a análise dos resultados, procurou-se saber dos sujeitos da pesquisa, **se os mesmos se consideravam realizados profissionalmente** (item 1). Os dados revelaram que (71,4%) dos professores entrevistados, se consideram realizados na profissão. Desses que responderam que sim, as principais justificativas foram baseadas na questão de realização pessoal, ou seja, alegaram que apesar dos problemas enfrentados pela profissão, gostam do que fazem. “*Gosto do trabalho que faço, nasci para tal*” (P5), ainda houve aquele que disse: “*encontrei na profissão a felicidade e o prazer em dar aulas*” (P6).

Dessa forma, alguns revelaram apresentar uma grande satisfação no ato de lecionar. Nota-se que esses professores estão motivados intrinsecamente. Como já foi citado no referencial deste trabalho, à motivação intrínseca se refere à percepção de que se realiza determinada atividade porque é satisfatória, agradável, não levando em conta as recompensas externas (MORAES, 2011). Porém, alguns usaram como justificativas da realização profissional respostas sem muito entusiasmo pelo que fazem, um deles ressaltou que “*venho atuando desde minha formação como efetivo*” (P3). O professor P7 disse: “*essa é minha profissão, boa ou ruim é o que me sustenta*”. Estes e outros usaram argumentos mais voltados para estabilidade do que propriamente para realização profissional. Dos professores que afirmaram não serem realizados profissionalmente (28,5%), os argumentos usados foram em relação ao salário. “*Na maioria das vezes, o baixo salário nos impulsiona a buscar outras profissões*” (P13), outro argumento foi à falta de interesse dos alunos. “*Vários fatores fazem com que eu me sinta desmotivada, por exemplo, a falta de interesse dos alunos*” (P12).

De acordo com as observações das respostas, entende-se que apesar da maioria dos professores terem alegado se sentirem realizados profissionalmente, isso não indicou que todos que responderam sim, realmente gostem do trabalho que realizam, mas vêm nessa profissão apenas uma estabilidade profissional. No entanto os que disseram não serem realizados profissionalmente expressaram nas suas respostas o significado de suas insatisfações em relação a essa profissão, principalmente no que se refere a baixos salários e a falta de interesse dos alunos. Essas argumentações coincidem com as que foram encontradas na literatura, nesse sentido, Praxedes et al. (2010) ressaltam que os professores nos seus momentos de lamentos em relação à profissão, relatam que atualmente há falta de interesse dos alunos com a aprendizagem, falta de compromisso com as atividades.

No item 2, pediu-se para que os entrevistados **escolhessem dentre os fatores que foram propostos o que eles considerassem mais desestimuladores na profissão.** (tabela 3 abaixo).

Tabela 3: Distribuição das respostas dos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto, município de Barra de Santa Rosa – PB, sobre os principais fatores que os desmotivam na profissão. Entrevistas realizadas no mês de fevereiro 2013.

FATORES QUE DESMOTIVAM O PROFESSOR	Nº	(%)
Jornada Múltipla de trabalho	2	14,3
Falta de reconhecimento profissional	1	7,1
Más condições de trabalho	2	14,3
A indisciplina do alunado	2	14,3
Baixo salário	6	42,9
Outro (evasão)	1	7,1

De acordo com os dados obtidos na tabela, entende-se que a maioria dos professores (42,9%) optou pelo baixo salário como fator mais desmotivador na profissão. Como já foi citado no referencial teórico, o problema da má remuneração é um grande gerador de desgaste emocional na docência, porque os professores estão certos de que a função docente é negligenciada pelo Estado, especialmente quando se leva em consideração que há uma discrepância entre a importância do trabalho que realizam e o reconhecimento salarial merecido (PAULA E NAVES, 2010). Dessa forma, um estudo desenvolvido por Sousa (2010) no Distrito Federal, revelou que 93% dos professores entrevistados, também alegaram que a desmotivação está relacionada com a questão salarial. Em segundo lugar como fatores que desmotivam o profissional docente, se destacou: as más condições de trabalho, a jornada múltipla de trabalho e a indisciplina do alunado (14,3%). Em seguida, como terceiros fatores desmotivadores na profissão, destacou-se a falta de reconhecimento profissional e a evasão escolar (7%).

Diante do exposto, nota-se que apesar de haver outros fatores que desestimulem o profissional docente, como as abusivas cargas horárias, as péssimas condições de trabalho a que na maioria dos casos esses profissionais enfrentam nos estabelecimentos onde lecionam, a indisciplina dos alunos que na atualidade tem sido um fator desgastante para o professor,

dentre outros, o que predomina como mais desmotivador é o baixo salário a que essa profissão é submetida.

Destas referências, percebe-se que muitos docentes se desmotivam e sofrem com os baixos salários. O profissional docente desmotiva-se, pois entende que sua profissão é tida como uma profissão de menor valor social. Isso é perceptível principalmente quando se compara a remuneração de professores com a de outros profissionais de um mesmo país, é que afirma Pinto (2009).

Diante dessa realidade, no item 3, procurou-se saber dos professores **os motivos de suas escolhas em relação a terem optado por determinado fator como mais desmotivador na profissão docente**. Dos professores que optaram pela questão salarial (43,9%), as justificativas seguiram a mesma linha de pensamento. O professor P14 ressaltou que *“Os baixos salários mostram um descaso com a educação”*. *“Professor... não tem tanta dedicação, pois tem que trabalhar em outras escolas para ganhar um pouco melhor. O baixo salário dos professores mostra quão desvalorizada é a profissão...”* (P1).

A partir do exposto nota-se que a profissão docente vem sendo desvalorizada pelas políticas públicas educacionais, uma vez que sem salários dignos, o profissional docente tem que trabalhar em mais de um estabelecimento de ensino para poder suprir suas mínimas necessidades financeiras. A desvalorização profissional do professor não equivale ao que a profissão representa, pois ao analisar de uma maneira geral, há uma grande expectativa depositada nesse profissional para que este cumpra seu destino como agente de mudança e assim ajude a transformar a situação precária da educação no nosso país, no entanto, esse reconhecimento social não está vinculado à valorização dos salários e da carreira, é o que afirmam (COSTA et al., 2009).

Em contrapartida a essas questões que desmotivam o profissional docente, interessou saber desses profissionais, **qual ou quais fatores, os motivavam a continuar exercendo a profissão?** (item 4). Estes responderam em sua maioria (57%), que os fatores que os motivam a continuar lecionando apesar das dificuldades existentes na profissão, estão relacionados com a importância que o professor desempenha, que a de formar cidadãos, além de desempenharem essa função, por gostarem do que fazem. O professor P10, disse que *“formar cidadãos conscientes para vida e o trabalho”*, é o que ainda o motiva. *“Quero contribuir para a formação de indivíduos que sejam capazes de mudar sua forma de vida...”* (P14). *“... saber que estou colaborando com a realização dos sonhos dos educandos é o que mais me motiva”* (P7). Maximiano (2008) desenvolveu uma pesquisa em Londrina- PR, e no seu

trabalho revelou que de acordo com uma pesquisa realizada pela Revista Nova Escola em 2007, com 500 professores de escolas municipais, estaduais e federais, 53% dos entrevistados, expressam amor pela carreira, 21% acreditam preparar o aluno para o futuro e 21% estão satisfeitos com a profissão, o que revela, que apesar dos fatores desmotivadores na profissão, ainda há professores motivados pela própria atividade.

Estes dados coincidem com os resultados desta pesquisa, uma vez que alguns professores relataram ainda o gosto que sentem pela realização da própria atividade. O professor P5 citou: *“minha paixão pela profissão me motiva”*. Outro indagou *“tenho o prazer de repassar o conhecimento, ver o aluno aprendendo...”* (P8). No entanto, houve professores (43%), que argumentaram se sentirem motivados devido à estabilidade profissional. O professor P12 ressaltou que, *“ter uma profissão, estabilidade profissional”* é o que ainda o motiva a continuar na profissão. Ainda foi dito que: *“a estabilidade devido à aprovação em concurso público”* (P13). *“O que mais me motiva é saber que sou efetivamente fixado no emprego, mesmo apesar da precária realização profissional, por atuar na área de formação”* (P3).

Estas posições ressaltam a ideia de que vários são os fatores que estimulam os profissionais docentes a continuar exercendo a profissão. Diante do exposto, percebeu-se que a maioria dos docentes entrevistados relatou se sentirem motivados pela própria atividade (motivação intrínseca, já comentada na introdução deste trabalho). Para eles a satisfação que sentem por contribuírem para a aprendizagem dos alunos é um fato predominante para não abandonarem a profissão. De acordo com o Instituto Paulo Montenegro, o orgulho, o amor à profissão, e o reconhecimento da importância social desse profissional se mostram, como sendo valores incontestáveis. A decisão de ser professor, na maior parte dos casos, é fruto de um desejo pessoal. Nota-se que esses profissionais sentem orgulho da sua profissão, mesmo que não se sintam reconhecidos pela sociedade e pelos governantes.

Em contrapartida, outros docentes revelaram que apesar das precárias condições de trabalho, ainda vêm na profissão uma estabilidade profissional, e por isso não abandonar o ofício implica dizer que eles querem continuar atuando na área de formação e dessa maneira continuar tendo algum tipo de estabilidade financeira.

Considerando a desvalorização e a falta de reconhecimento que a profissão docente enfrenta, procurou-se saber de acordo com os professores entrevistados, **de quem principalmente eles acham que vem esse desmerecimento profissional. Para isso foram propostas cinco alternativas: Pais, Alunos, Sociedade, Governantes, todos os**

seguimentos (item 5). A maioria dos professores (78%) optaram pela alternativa todos os segmentos, com isso percebe-se que o profissional docente tem enfrentado falta de valorização profissional não apenas dos governantes, pela falta de políticas públicas que não garantem tal valorização.

Essa profissão vem enfrentando preconceitos e desmerecimento também por parte dos pais de alunos, que muitas vezes não conseguem enxergar o papel do professor na educação do filho. Os próprios alunos, que na atualidade não respeitam esse profissional nem percebem a importância que este tem no processo ensino aprendizagem. A sociedade de uma maneira geral, tem desmerecido a profissão docente, achando que ser professor é a última opção profissional que alguém pode querer. Outros professores (21%) optaram pela alternativa Governante.

A falta de valorização profissional por parte dos governantes está baseada na questão salarial, na formação dos professores, de uma maneira geral, nos planos de Carreira que deixam a desejar. De acordo com Freitas (1993 apud Rodrigues e Rosis, 2012) faz-se necessário o desenvolvimento de políticas de valorização dos professores, visando à melhoria das condições de trabalho e de salário, assim como é igualmente importante o investimento na sua qualificação, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade. Diante da desvalorização profissional docente, além da desmotivação dos professores, poucos estudantes querem seguir essa carreira, é o que demonstrou uma pesquisa realizada pela Nova Escola (2010), com 1.501 alunos de 3º ano em 18 escolas públicas e privadas do Brasil. Esta pesquisa revelou que Só 2% dos entrevistados pretendem cursar Pedagogia ou alguma Licenciatura, carreiras pouco cobiçadas por alunos das redes pública e particular.

Diante do exposto e considerando as alternativas escolhidas pelos professores, foi solicitado que os mesmos explicassem o **porquê consideram a alternativa escolhida como sendo a que mais desmerece a profissão docente** (item 6). Nas respostas obtidas, os professores que optaram pela alternativa, governantes, alegaram que estes não se importam com a educação uma vez que não formulam leis que valorizem o magistério. O professor P2, contou que “*os governantes deveriam ter um cuidado maior ao formular as leis que regem a educação*”. Outro ainda citou que “*os entes federados não se preocupam com a educação brasileira*” (P10).

A partir das observações das respostas, entende-se que a desvalorização da educação por parte dos governantes, principalmente no que diz respeito à valorização profissional docente é um fato. Só haverá um ensino de qualidade quando os responsáveis pela educação,

os governos federais, estaduais e municipais, investirem nela, não como se estivessem investindo em estradas, que ficam abandonadas (CUNHA, 2008).

Dos professores que relataram que a desvalorização do professor é por parte dos pais, alunos, sociedade e governantes, houve vários argumentos que justificaram essa escolha, dentre eles se destaca: *“Vejo o desinteresse dos alunos, os pais não dão importância à escola, o governo não vê a importância da educação para o crescimento da sociedade”* (P8). *“Não há valorização. Para os alunos, nós somos carrascos; para os pais, incompetentes, e para os governantes, oportunistas”* (P13).

Nota-se que esses profissionais convivem diariamente com a desvalorização que a sua profissão sofre, não apenas por parte de algumas entidades, mas por várias. *“A falta de valorização do profissional da educação já faz parte da cultura local (País) então torna-se difícil mudar essa ideologia”* (P6). Em relação à desvalorização da sociedade de uma maneira geral, o professor P1, argumentou: *“quando se fala que é professor vemos essa desvalorização estampada no rosto de todos, como se dissessem que existem melhores profissões”*. Diante do exposto, percebe-se que os professores relataram tudo o que eles veem, ouvem e convivem nessa área onde atuam. A partir dos relatos, percebe-se que esses profissionais enfrentam na profissão a desvalorização de forma bem generalizada.

Em meio a tanta desmotivação na profissão docente, surgiu o interesse de se propor uma questão com a intenção de saber dos entrevistados **se eles acreditam que o profissional docente algum dia terá o reconhecimento merecido de sua profissão? As alternativas a serem marcadas foram: sim, talvez, nunca.** (item 7). Para nossa surpresa os professores entrevistados em sua maioria (64%) relataram acreditarem que um dia a profissão docente será valorizada. Diante disso, nota-se que apesar da desmotivação com a desvalorização da profissão, esses profissionais ainda não desistiram e permanecem acreditando que terão reconhecimento merecido. Em segundo lugar, outros professores (28%) optaram pela alternativa talvez, a que nos revela que esses não sabem ao certo se acreditam ou não nessa possível valorização docente, o que é compreensível, uma vez que são tantos os fatores que desvalorizam e desmerecem essa profissão. Outro professor optou pela alternativa nunca, a que nos mostra que este já está em um nível tão elevado de desmotivação que já nem acredita em mudanças positivas.

Em relação à importância do professor para a aprendizagem dos alunos, Demo (2008) diz que valorizar o profissional docente é a estratégia mais promissora, mesmo que não seja isolada, de melhorar a aprendizagem escolar. Partindo dessa ideia, se quis saber dos

professores entrevistados, **qual a opinião deles em relação à importância do professor na aprendizagem escolar, e pediu-se para que explicassem o porquê das respostas.** (item 8).

Todos os professores entrevistados (100%) concordaram que o professor é fundamental no processo de aprendizagem dos alunos. Um deles ressaltou: *“Apesar do avanço de comunicação, da internet, continuo vendo o professor como um mediador relevante no processo ensino e aprendizagem”* (P8). Outros professores ainda citaram:

“O professor é fundamental nesse processo, pois tem a capacidade de fornecer ferramentas mediadoras, que são indispensáveis para uma boa aprendizagem” (P14).

“O professor continua sendo o elo do ensino e aprendizagem...” (P10).

“Como cita Paulo freire: não há educação sem o profissional, ou seja, sem o mediador dos conhecimentos entre o aluno e o mundo” (P6).

De fato, nos últimos anos as pesquisas em educação têm registrado muitos estudos no âmbito da atuação do professor, em especial no que tange à relação ensino aprendizagem, o que se projeta com relevância em suas contribuições para o cenário da educação brasileira (SOUZA, 2009). Além dos argumentos que envolveram a importância do professor no processo Ensino aprendizagem, outros professores ainda ressaltaram a importância do professor motivado nesse processo. O professor P1 citou: *“A forma de atuar do professor vai depender da sua satisfação e isso implica diretamente na aprendizagem”*. Diante desse argumento, nota-se que esse professor quis dizer que é importante que o professor esteja satisfeito, motivado para que a aprendizagem escolar também tenha sucesso. *“O professor motivado é essencial para aprendizagem escolar, porque sem motivação ele não conseguirá prender a atenção do aluno...”* (p13).

Diante disso, Araújo (2012) resalta que no processo de ensino-aprendizagem, a figura do professor destaca-se pelo papel que este desempenha em sala de aula, sendo necessário que o docente esteja motivado para desempenhar suas tarefas da forma mais adequada possível e, também, servir de exemplo aos seus alunos. Se o professor está desmotivado, se não exerce de forma satisfatória sua profissão, o rendimento e a qualidade do seu trabalho tendem a diminuir, causando a queda da produtividade e, dificilmente será capaz de comunicar aos alunos entusiasmo e interesse pelas tarefas escolares, acarretando a fragilidade na aprendizagem do aluno.

E falando em aprendizagem, é notório lembrar a precariedade que a educação brasileira vem enfrentando ao longo dos anos, e tendo como uma das consequências a desvalorização profissional docente, perguntou-se aos professores, **na opinião deles o que**

poderia ser feito em relação à profissão docente para melhoria da educação? (item 9). Dentre as respostas obtidas, 100% envolveram salários e jornada de trabalho. O professor P10 citou: *“dedicação exclusiva com salário digno é uma das principais maneiras para valorizar o professor e conseqüentemente melhorar a situação educacional do País”*. *“Sem hipocrisia aumentar os nossos salários, de forma a compensar uma dedicação exclusiva”* (P14). Outro professor ressaltou que *“o profissional docente deveria trabalhar apenas em uma escola, e para isso deveria ser bem remunerado, naquela instituição”* (P3).

As respostas dos professores coincidiram com o exposto na literatura. Nas condições de trabalho do professor, no referencial teórico foi ressaltado que pesquisas apontam diversos fatores que podem vir a gerar a desmotivação docente e como consequência a má qualidade educacional. As elevadas cargas horárias e os baixos salários são os que mais se destacam (PRAXEDES et al., 2010). Houve professores (28%), que além da questão salarial e das jornadas de trabalho também citaram a formação continuada como uma ferramenta de utilidade para melhoria educacional. O professor P13 citou: *“aumentar o salário para que possamos diminuir a jornada de trabalho, assim como incentivar os docentes a participarem de cursos de formação continuada”*. Outros professores ainda ressaltaram: *“Faz-se necessário, melhores salários, e investimento na formação continuada”* (P1). *“Aumento de salários e diminuição da jornada de trabalho, e o incentivo dos governantes para a formação continuada”* (P8).

Como discutido no referencial, a formação continuada é tida como um requisito para o trabalho, pois é baseada na ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho (GATTI, 2008). Nesse sentido, percebe-se que alguns dos professores que citaram a formação continuada como um fator para melhoria da precariedade educacional entendeu que esta é um fator motivacional, uma vez que permite ao professor novos conhecimentos, além da interação com o novo mundo tecnológico e isso certamente implica na melhoria educacional.

No item 10, citamos alguns fatores que desmotivam o profissional docente, tanto de ordem governamental (Salários e Cargas horárias, por exemplo), como os de ordem interna às próprias escolas (indisciplina dos alunos, participação da família na vida escolar dos filhos, falta de apoio pedagógico, excesso de alunos por turma), e **nessa questão interessou saber dos professores quais dos fatores de ordem interna que eles gostariam que fossem resolvidos de maneira emergencial. Em seguida pediu-se para que explicassem o porquê**

de suas respostas. Na tabela 4 abaixo estão os fatores internos as escolas, que de acordo com a frequência merece que seja resolvido de maneira emergencial.

Tabela 4: Distribuição das respostas dos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Luiz Neto, município de Barra de Santa Rosa – PB, sobre os fatores internos às escolas que eles gostariam que fossem resolvidos de maneira emergencial. Entrevistas realizadas no mês de fevereiro de 2013.

FATORES INTERNOS ÀS ESCOLAS	Nº	(%)
Indisciplina dos alunos	6	42,9
Falta de participação da família	3	21,4
Falta de apoio pedagógico	2	14,3
Excesso de alunos por turma	3	21,4

A partir das respostas, entende-se que dentro do ambiente escolar o fator que mais desmotiva os profissionais docentes entrevistados é o que diz respeito à indisciplina dos alunos, uma vez que a maioria dos professores (42,9%) citou esse fator. Essa resposta não difere do que se encontra na literatura, como já citado no referencial, para Rocha (2009) o problema da indisciplina na sala de aula é um dos fatores que atualmente preocupa mais os professores, pois sem o mínimo de ordem, torna-se praticamente impossível concentrar-se no ensino e aprendizagem.

As justificativas dos professores em relação a essa escolha foram justamente baseadas na questão da dificuldade da aprendizagem, de um modo geral relataram que quando as turmas estão inquietas e não prestam atenção às aulas, não conseguem repassar os conteúdos e assim, se não há ensino não há aprendizagem. Em segundo lugar, os professores (21,4%) escolheram a falta de participação da família e o excesso de alunos por turma como fatores que os desmotivam.

De uma maneira geral os entrevistados ressaltaram que a falta de participação familiar na vida escolar dos filhos traz graves consequências para aprendizagem dos mesmos, uma vez, *que a educação é dever não só da escola, como da família, que sempre foi e será base de tudo na vida de um indivíduo* (P12). O professor P13 ressaltou que *“se existisse mais participação da família na vida escolar do filho, certamente o problema da indisciplina também seria resolvido”*.

Diante do exposto, é notório lembrar que responsabilidade pelo ensino é do professor, mas a família deveria acompanhar esse processo, por ser desses conhecimentos escolares que serão formados futuros homens e mulheres, mas o que se vê hoje em dia são crianças com

problemas de comportamento que a família acha que será a escola e o professor responsável em ensiná-lo a se comportar (COELHO e AYRES, 2010).

Outro fator escolhido como desmotivador, pelos professores e que está intimamente relacionado com a indisciplina dos alunos é a questão do excesso de alunos por turma. Os professores entrevistados citaram que se as salas de aula não fossem tão superlotadas, a indisciplina talvez não existisse e assim eles conseguiriam dar suas aulas com mais tranquilidade e eficácia. Já foi citado no referencial teórico que muitas escolas colocam até 50 alunos por sala, o que dificulta a qualidade do ensino, pois o professor não pode oferecer um atendimento mais individualizado. Além disso, o excesso de alunos por sala é um dos fatores geradores de indisciplina. (CORTELA, 2012). E por último lugar os professores (14,3%) escolheram a falta de apoio pedagógico como fator desmotivador.

As justificativas usadas se basearam na questão da pouca atenção da direção e da coordenação em relação aos problemas enfrentados com alunos, e também a falta de material didático para realização de atividades inovadoras que chamam a atenção dos alunos, como: DVD para assistir filmes relacionados com os temas abordados, computador, para realização de pesquisas na internet. Outra falta de apoio é em relação à falta de tinta para imprimir provas e trabalhos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca se ouviu falar tanto em educação como nos nossos dias atuais. A mesma é vista pela sociedade como a “Tábua Salvadora”, aquela que pode melhorar a situação precária do País. Apesar de alguns avanços, muito ainda tem que ser feito para que o Brasil tenha uma Educação de qualidade. Quando o assunto é investir em educação, os nossos governantes tem deixado a desejar. Este fato se torna ainda mais evidente quando se leva em conta a falta de investimento e de interesse das políticas Públicas Educacionais em relação aos profissionais docentes, que em sua maioria trabalham em condições semelhantes a trabalhadores de indústrias, sendo visto pelo mercado capitalista apenas como prestadores de serviços, estando assim cada vez mais envolvidos com questões burocráticas, que envolvem a luta dessa classe por melhores condições de trabalho (melhores salários, diminuição de carga horária e de alunos por turma, dentre outros) e isso tem gerado nesses profissionais um processo de proletarização e alienação em sua profissão.

Por estarem subordinados a essas políticas capitalistas que não proporciona condições favoráveis de trabalho e salários dignos, esses profissionais acabam se desmotivando e perdendo o interesse pela profissão, o que os leva a contribuir bem menos para o saber científico, o que é uma pena para educação do nosso país. Além disso, a formação dos docentes de uma maneira geral também tem contribuído para a desmotivação desses profissionais, pois na maioria das vezes, na formação inicial, não é repassado à realidade da profissão, principalmente no que se refere aos conflitos existentes no interior das escolas como o excesso de alunos por turma, a indisciplina dos alunos, a falta de apoio pedagógico, dentre outros.

Nesse mesmo sentido, de uma maneira geral na formação inicial pouco se trabalha a importância das práticas. Quando o professor se depara com a realidade escolar encontram alunos que almejam novidades, aulas inovadoras e como não sabem lidar com a situação, sentem-se perdidos, o que geralmente se torna mais um fator gerador de desmotivação na profissão. Ainda em relação à formação docente como causa desmotivadora, sabe-se que a Formação Continuada é importante para o aperfeiçoamento profissional, no entanto nem sempre é oferecida pelos governantes, e quando é, corre de forma aligeirada e sem planejamento.

A partir da análise dos questionários e das notas de campo, como também em resposta aos objetivos propostos neste trabalho, percebeu-se que em meio a tantos fatores que desmotivam os profissionais docentes, os que mais predominam são os baixos salários, a jornada múltipla de trabalho e a indisciplina dos alunos, e em relação aos motivos que fazem com que os professores mesmo que desmotivados permanecem exercendo a função, ficou claro que é o gosto pela profissão, o prazer em poder contribuir para a formação dos cidadãos, o que nos revelou que esses profissionais são motivados pela própria atividade.

Relacionado com a importância do professor para a aprendizagem dos alunos, observou-se que o professor será sempre fundamental no processo de ensino e aprendizagem e que o professor motivado terá sempre influências positivas nesse processo. No que se refere à valorização profissional docente, percebeu-se que se faz necessário investimento por parte das Políticas Públicas, em leis que garantam salários dignos e condições de trabalho favoráveis para esses profissionais.

Diante dessas premissas, concluiu-se que:

A) É necessário que formação inicial e continuada, sejam mais adequadas à realidade da sala de aula.

B) Para a motivação do professor, um dos fatores predominantes é a remuneração, mas é necessário que esta, seja acompanhada de valorização social da profissão.

C) É importante que haja uma melhoria das condições de trabalho por meio, entre outros, da redução de alunos por turma, uma vez que este fator é um forte causador da indisciplina dos alunos.

D) A educação já é vista pela sociedade como um dos fatores primordiais para o desenvolvimento do país, e o professor é o elemento-chave para que as mudanças possam ser realizadas. Portanto é dever do Estado e da sociedade valorizarem o profissional docente, fornecendo-lhes condições adequadas de trabalho e reconhecendo o valor social dessa profissão.

E) Além de melhores condições de trabalho e salários, é necessário que haja mais investimento no interior das escolas, principalmente no que diz respeito à recursos tecnológicos inovadores, tais como laboratórios, internet, dentre outros, para que os professores possam preparar aulas inovadoras que motivem o aluno a querer aprender. Estes recursos podem ser motivacionais não só para os alunos, quanto para os próprios professores, que podem se motivar ao perceberem que suas aulas inovadoras prendem a atenção dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos Augusto. Piso Salarial Constitucional, legítimo, fundamental. . **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2, n.2/3. 67 a 77p, 2008.

ALVES, Ana. Trabalho docente e Proletarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p.25-37, 2009. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/36/art03_36.pdf>. Acesso em; 04 de janeiro de 2013.

ARAÚJO, Luana Augusta de. **A Desmotivação Docente e o Ensino de um Segundo Idioma**. Nov/ 2012. Disponível em:<<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/20333/a-desmotivacao-docente-e-o-ensino-de-um-segundo-idioma>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

BARRETO apud VIEIRA, Adriana Silva et al. As condições de trabalho do professor e os seus efeitos sobre sua saúde. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO-SIRSSE, 1 ;2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4411_2662.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

BARROS, Antonilda ; LUZ, Iza: SOUZA, Michele. **Valorização dos profissionais da educação: Formação e condições de trabalho**. Pará, Universidade Federal do Pará- UFPA, p.1-14, jun de 2012. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab06.pdf>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

BASÍLIO, Mariana da Rocha. **A valorização docente – análise do conceito de Valorização do professor na legislação que rege a Profissão no estado de São Paulo, no período entre 2007 e 2010**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/a_valorizacao_docente.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

BETTINA apud PRAXEDES, Ana Paula Perdigão; et al. **A desmotivação docente em escolas da rede pública do município de Teotônio Vilela- AL**. Teotônio Vilela- AL. 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/A-desmotivacao-docente-em-escolas-da-rede-publica-do-municipio-de-teotonio-vilela-AL.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2013

BOGDAN apud LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli A.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. Editora Pedagógica e Universidade LTDA, 1º Ed. São Paulo, 1986.

BRASIL, Lei nº.11.738, de 16 de julho de 2008. Dispõe sobre a Lei do Piso Salarial dos Profissionais. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF, 16 de jul; 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em: 05 de março de 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.

CAPES. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR**. 2006. Disponível em : <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. **A nova lei de diretrizes e bases e a formação de professores para a educação básica**. Brasil [S.I],p.81-90, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a08v5n2.pdf>>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

CNTE. **Saiba quais estados brasileiros não respeitam a Lei do piso**. 2013. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/lutas-da-cnte/piso-salarial-e-carreira/11118-estados-brasileiros-nao-cumprem-a-lei-do-piso->>. Acesso em 05 de março de 2013.

COELHO, Lúcia M.de Sousa; AYRES, Jayme da Silva. **Indisciplina, responsabilidade da escola e da família**. Caderno Multidisciplinar de pós graduação da UCP. Pitanga, v.1. n.1, p. 79-91. 2010. Disponível em:<<http://www.ucpparana.edu.br/cadernospos/edicoes/n1v1/06.pdf>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2013.

CORDEIRO, Olga; SOUZA, Valdilene. **A formação continuada do professor do ensino Fundamental de 1ª à 4ª série na perspectiva da ldb 9394/96**. 2002.52 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (graduação em pedagogia)- Universidade da Amazônia, Bélem- Pará, 2002. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/a_formacao_continuada_do_professor_do_ensino.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2013.

CORREIO DA PARAÍBA. Concursos. **De 829, 2 mil formandos em cursos superiores Só 19% concluem o curso de licenciatura**. 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Escola Moderna: Escola tradicional x Escola moderna, salas de aula, métodos de ensino, professores, família na escola**. 2012. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/escola_moderna.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

COSTA, Áurea. FERNANDES Neto, Edgard. SOUSA, Gilberto. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo a: Editor Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 144p; 2 edição, 2009.

CUNHA, Renato Coelho. Educação Pública. 2008. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.php?cod_per=80>. Acesso em: 15 de novembro de 2012.

DEMO, Pedro. **Aprender bem/mal**. Campinas, SP: autores associados, 97p. 2008. Disponível em:< <http://www.unifev.edu.br/parfor/artigo.php>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2013.

FREITAS apud RODRIGUES, Camila Mascella; ROSIS, Flávia de. Uma reflexão sobre o processo de desvalorização do educador. 10^a MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 2012. **Anaiseletrônicos**. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/10mostra/2/310.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2013. 2012.

GADOTTI, Moacir. O setor exige investimento mínimo de 10% do PIB: Especialistas apontam que o percentual do PIB investido em educação, 5% de acordo com o MEC, é insuficiente dado o tamanho da população em idade educacional e do território nacional. **Educação- o que fazer para tirar o Brasil do atraso**. Junho p.6.2011.

GARCIA, Joe. **Revista Educação**. 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/formacao-docente/172/artigo234991-1.asp>>. Acesso em: 01 de novembro de 2012.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. Fundação Carlos Chagas, v. 13 n. 37, p.57-68, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>>. Acesso em 26 de janeiro de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. -8.reimper.- São Paulo: Atlas, 199p. 2007.

GIL, Jorge. **ENEM 2010: por que as escolas públicas foram tão mal?**. 2010. Disponível em: <<http://capaciteredacao.forum-livre.com/t421-enem-2010-por-que-as-escolas-publicas-foram-tao-mal>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

IBGE CIDADES. Disponível em: <cidadesat/painel/painel.php?codmun=250510>. Acesso em 27 de março de 2013.

INFO HOJE. **Piso Salarial dos Professores 2013- Ver Reajustes e Tabela de Valores**. Disponível em: <<http://www.infohoje.com.br/piso-salarial-dos-professores-2013-ver-reajustes-e-tabela-de-valores.html>>. Acesso em: 18 de março de 2013

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Como o professor vê a educação. **Estudos e pesquisas educacionais**. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/avulsas/estudos1-1ser-professor.shtml?page=7>> . Acesso em: 30 de março de 2013.

LEÃO, Roberto Franklin de. As condições de vida e trabalho dos professores no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2013.

MAXIMIANO, Ana Maria. **A motivação dos professores**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/GT4%20Artigo%20Ana%20Maria%20A%20motivacao%20dos%20professores.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro de 2012.

MÁXIMO, Luciano. **Um terço dos professores leciona sem curso superior, diz inep**. 2010. Disponível em: <<http://www.unifev.edu.br/parfor/artigo.php>>. Acesso em 27 de fev de 2013.

MENDES, Leandra Fagna Sena; ALMEIDA, José Robério de Sousa. **Insatisfação Docente: Fatores que Contribuem para essa Problemática**. 2008. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/artigos/insatisfacao-docente-fatores-que-contribuem-para-essa-problemativa/10709/>>. Acesso em: 10 de março de 2013.

MINHOTO, Maria. A. P; GIGLIO, Célia. M.B. Plano de Cargos Carreira e Remuneração de Boa Vista (RR): uma análise de valorização e do estímulo ao trabalho docente. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 10. 36-45 p. 2011. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n10_4.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Proposta de diretrizes para formação inicial dos professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Maio, 2000. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/coordmat/arquivos/Formacao_inicial.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2013.

MONTEIRO, Marcele de A. A motivação como um fator na aprendizagem. 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6956.pdf>>. Acesso em: 20. Dez.2013.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em 10 de março de 2013.

MORAES, Victor França de. **Desvantagens da EAD**. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivres.pro.br/2011.1/papers/upload/98.pdf>>. Acesso em : 24 de fevereiro de 2013.

NOVA ESCOLA. **Ser Professor: Uma Escolha de Poucos**. 2010. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/carreira/ser-professor-escolha-poucos-docencia-atratividade-carreira-vestibular-pedagogia-licenciatura-528911.shtml>>. Acesso em: 10 de março de 2013.

OLIVEIRA, Daniela Motta. **A Formação de Professores na Lei 9394/96 - Um estudo comparativo das diretrizes estabelecidas para a formação de professores de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental nos anos 70 e nos anos 90**. Brasil [S.I], [2000?]. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1603.htm>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

PASSARINHO, Nathalia. **MEC anuncia reajuste de 7,97% do piso salarial de professores**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/01/mec-anuncia-reajuste-de-797-do-piso-salarial-de-professores.html>>. Acesso em 01 de março de 2013.

PAULA, Andréia Cristina Rezende Rodrigues de. NAVES, Maria Lomônoco de Paula. **O estresse e o bem-estar docente**. 2010. Disponível em: <<http://bemestardocente.wordpress.com/2011/03/18/mal-estar-e-bem-estar-docente/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012

PINTO, José Marcelino Rezende. Remuneração adequada do professor Desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.3, n. 4.51 a 62 p. 2009.

PORTAL DA PARAÍBA. **Informações Gerais**. João pessoa. 2013. Disponível em: <www.portal-da-paraiba.com/?page_id=205>. Acesso em 29 mar.2013.

RABELO, Amanda Oliveira “Eu gosto de ser professor e gosto de crianças”- A escolha profissional dos homens pela docência na escola primária. **Revista Lusófona de Educação**, Rio de Janeiro, v.15, p.163-172.2010. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n15/n15a12.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

ROCHA, Andréia. F. Figueiredo. **Indisciplina na Adolescência**. 2009. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Pós-graduação em Psicopedagogia) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19524748/Indisciplina>>. Acesso em: 15 de fev de 2013.

RODRIGUES, Martius ;ALVES, Joemar **Qualidade de vida dos professores: Um bem para todos** [S.L].Juj/Ago de 2008. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg4/anais/T7_0049_0018.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2012.

SANTOS, Bettina Steren dos; STOBAUS, Claus D; MOSQUEIRA, João José M. **Processos motivacionais em contextos educativos Motivational process in educational contexts**. 2007 Disponível em: <<http://caioba.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/viewFile/3565/2783>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil A herança histórica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2, n. 2/3. 41 a 50p. 2008.

SINISCALCO, Maria Tereza. **Perfil estatístico da profissão docente**. São Paulo: Moderna, 82p. 2003.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. Trabalho docente: reflexões acerca da condição de Trabalho e valorização do professor da escola pública. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, III, 2009, Paraná. **Anais eletrônicos...** Paraná, 2009. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2692_1603.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

SOUSA, José Francisco de. **Desmotivação do Professor nas Escolas Públicas do Distrito Federal**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/desmotivacao-do-professor-nas-escolas-publicas-do-distrito-federal/35690>> Acesso em: 13 de março de 2013

TRACTENBERG, Maurício. Relações de poder na escola. **Revista espaço acadêmico**. Ano1,n.7.Dez/2001.Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_escola.htm>. Acesso em : 14 de fevereiro de 2013.

VERGEL, Carol. **Pesquisa piso salarial 2012, principais profissões**. Disponível em: <<http://www.mundodistribos.com/pesquisa-piso-salarial-2012-principais-profissoes.html>>. Acesso em: 15 de março de 2013.

**APÊNDICE A – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Meu nome é Rosana Oliveira de Medeiros, sou aluna do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Educação e Saúde-UFCEG/CES juntamente com minha orientadora Flávia Carolina Lins da Silva, estamos realizando uma pesquisa que fomentará meu trabalho de conclusão de curso cujo título é: **FATORES QUE MOTIVAM/ DESMOTIVAM O PROFISSIONAL DOCENTE: ESTUDO REALIZADO EM ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/ PB.** A desmotivação do profissional docente no Brasil só tem aumentado nos últimos anos. O professor vem tentando conseguir o seu espaço e o seu reconhecimento se não como o principal, mas um dos meios mais importantes para a melhoria educacional do nosso país, mas devido a alguns fatores que envolvem a desvalorização profissional dos mesmos isso não tem ocorrido. Nossa pesquisa pretende investigar essa situação que envolve o profissional docente, levando em consideração além dos fatores que desmotivam os que também motivam esse profissional a continuar em sua carreira. Desta forma você, como professor da educação básica, poderá nos ajudar a compreender melhor quais os principais fatores que desmotivam o professor, em contrapartida quais os principais que ainda o motiva a continuar lecionando. Para complementação do meu trabalho eu precisarei fazer algumas perguntas, onde só eu e meu orientador teremos acesso a elas. No meu trabalho escrito só aparecerão às respostas dos entrevistados. Com a sua participação queremos conhecer os fatores que mais se destacam como causadores de desmotivação do professor do Município de Barra de Santa Rosa-PB. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo pode entrar em contato com a orientadora da pesquisa Flávia Carolina Lins da Silva (83) 3372 - 1900, ou comigo pelo telefone (83) 96031474.

Caso concorde em participar:

Eu, _____,

Fui esclarecido (a) sobre a pesquisa **FATORES QUE MOTIVAM/ DESMOTIVAM O PROFISSIONAL DOCENTE: ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/ PB** e declaro que as perguntas foram respondidas por mim.

Barra de Santa Rosa, ____ de _____ de 2013.

APÊNDICE B - MODELO DO FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS

Caro professor,

Esse questionário será utilizado para fins de pesquisa em monografia de conclusão de curso (Licenciatura Plena em Ciências Biológicas no Centro de Educação e Saúde/ UFCG), cujo título do projeto de pesquisa é: FATORES QUE MOTIVAM/ DESMOTIVAM O PROFESSOR DOCENTE: ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/ PB.

Dados profissionais:

Nome do Professor: _____

Data de nascimento: _____

Cidade que reside: _____

Escola que trabalha: _____

Formação inicial: _____

Ano de conclusão: _____

Pós-graduação: _____

Ano de conclusão: _____

Tempo de serviço no magistério: _____

Rede pública e/ou privada: _____

Trabalha em quantas e quais escolas: _____

Carga horária semanal escola pública: _____

Carga horária semanal escola particular: _____

Atua na área de formação: _____

Contratado ou efetivo (a): _____

Faixa salarial mensal: _____

É filiado algum sindicato ou associação? Qual? _____

FORMULÁRIO

1. Você se considera realizado profissionalmente?

SIM **NÃO**

Por quê? _____

2. Sabe-se que o profissional docente ao passar dos anos vem se desmotivando, dentre os fatores que desmotivam o profissional docente qual você considera mais desestimulador?

- Jornada Múltipla de trabalho
- Falta de reconhecimento profissional
- más condições de trabalho
- Baixo salário
- Outro: _____

3. Na questão anterior, você escolheu um fator como mais desmotivador na profissão docente. Explique o porquê de sua escolha.

4. Mesmo com vários fatores que desmotivam o profissional docente, qual ou quais fatores te motivam a continuar exercendo sua função?

5. Sabe-se que a profissão docente não é bem valorizada, nem reconhecida. Em sua opinião esse desmerecimento é de:

- Pais
- Alunos
- Sociedade
- Governantes
- Todos os segmentos

6. De acordo com o item que você escolheu na questão anterior, explique o porquê de sua escolha.

7. Você acredita que o profissional docente algum dia terá o reconhecimento merecido de sua profissão?

() SIM

() TALVEZ

() NUNCA

8. Valorizar o profissional docente, ainda é a meu ver, a estratégia mais promissora- nunca única ou isolada de melhorar a aprendizagem escolar (DEMO, 2008). Em sua opinião o professor é um elemento importante para aprendizagem escolar? Explique:

9. Sabe-se que o Brasil ficou em penúltimo lugar em um ranking global de educação que comparou 40 países levando em conta notas de testes e qualidade de professores, dentre outros fatores. Os nossos governantes falam muito na importância da educação, mas na hora de investir deixam a desejar. Em sua opinião o que poderia ser feito em relação à profissão docente para melhoria da educação?

10. O profissional docente vem sendo desmotivado a exercer seu ofício devido a diversos fatores: de ordem governamental: salários e cargas horárias, por exemplo, mas também de ordem interna às próprias escolas: indisciplina dos alunos falta de participação da família na vida escolar dos alunos, falta de apoio pedagógico, excessos de alunos por turma, dentre outros. Dentre esses fatores internos qual você gostaria que fosse resolvido de maneira emergencial? Explique.